

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**A participação da Rádio Nacional na difusão do futebol no Brasil nas
décadas de 1930 e 40.**

Autor: Daniel Damasceno Crepaldi

Brasília, 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

**A participação da Rádio Nacional na difusão do futebol no Brasil nas
décadas de 1930 e 40.**

Autor: Daniel Damasceno Crepaldi

Dissertação apresentada ao
Departamento de Sociologia da
Universidade de Brasília como
parte dos requisitos para
obtenção do título de mestre.

Brasília, outubro de 2009

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

**A participação da Rádio Nacional na difusão do futebol no Brasil nas
décadas de 1930 e 40.**

Autor: Daniel Damasceno Crepaldi

Orientador: Prof. Dr. Aldo Antônio de Azevedo

Banca: Prof. Dr. Luís Augusto Sarmiento Cavalcanti de Gusmão
Prof. Dr. Luiz Otávio Teles Assumpção
Prof. Dr. Alfredo Feres Neto

Agradecimentos:

Ao professor Dr. Aldo Antonio de Azevedo, por cumprir seu papel com afinco, mesmo nos momentos mais difíceis dessa caminhada.

RESUMO

O presente trabalho procurou analisar a participação da Rádio Nacional, durante o regime de Getúlio Vargas (1930 – 45), na difusão do futebol pelo território brasileiro. Investigou-se a possibilidade de utilização da rádio pelo poder público como veículo de propagação ideológica, tendo como vetor, o futebol. Sabe-se que o esporte foi, e ainda é, usualmente utilizado por governos, ditadores ou não, para implementação ou reforço da noção de identidade nacional de um povo.

Foi feita uma análise sobre a forma como se deu a entrada e a difusão do futebol pelo Brasil, chegando-se à conclusão de que tal propagação não ocorreu por uma única porta, como o senso comum normalmente reproduz, mas sim, por várias vias espalhadas pelos diversos estados brasileiros, contando com a participação de diferentes indivíduos em espaços de tempo relativamente curtos. Da mesma forma, buscou-se retratar o rádio, como veículo de comunicação, desde sua chegada ao país, perpassando pelos decretos governamentais que regulamentaram a ação deste veículo, até a atuação especificamente da Rádio Nacional, nos meios cultural e esportivo, como órgão inicialmente privado, e posteriormente, encampado pelo Estado. A atuação do governo federal brasileiro durante a Era Vargas, desde a profissionalização do futebol à sua relação com os meios de comunicação, também constou entre os principais fatores da análise.

As bases do trabalho foram análises bibliográficas sobre os temas pesquisados (sem a intenção de se utilizar autores específicos) além de entrevistas com informantes-chaves, que foram de extrema importância para a sustentação das afirmações feitas ao longo desta dissertação. Ao final do trabalho, as hipóteses iniciais não foram confirmadas, na medida em que não se percebeu influência direta do Estado em seu

principal veículo de comunicação – a Rádio Nacional – no tocante à utilização do futebol como fonte de exploração ideológica.

Palavras-Chave: futebol – Rádio Nacional – Era Vargas – ideologia

ABSTRACT

This research tried to analyze the participation of the *Estado Novo* (1930 – 45) and the *Radio Nacional*, in the propagation of soccer through the Brazilian territory. It searched into the possibility of using the radio by the Government as an ideological propagation tool, using Soccer as its main subject. We all know that sport was used in the past and it is still being used by the government, dictators or not, to implement or increase in a nation the knowledge of national identity.

It was also analyzed how soccer was introduced and how it was widespread in Brazil, concluding that this propagation did not happen by just one way, like the common sense always do, but by many ways through the Brazilian states having the participation of many people in a short space of time. I am also writing about the radio, as a communication tool since its beginning in this country, passing through the governmental acts that allow the use of Radio as a public communication tool and finishing with the work of the *Radio Nacional*.

The Brazilian government performance in the soccer professionalization during the Vargas age was also part of this research.

This research was based on bibliographic studies over the searched themes and interviews that were really important to prove all the information included in this research. At the end of this research, the first hypothesis were not confirmed, because as we can see, they were not influenced by the government in its main communication tool – the *Radio Nacional* - by using soccer as a tool of ideological exploit

Keywords: Soccer – Radio Nacional – Vargas age – Ideology

ÍNDICE

| | |
|--|----|
| Resumo | 05 |
| Abstract | 07 |
| Introdução | 09 |
| Procedimentos Metodológicos | 23 |
| O Futebol | 27 |
| O Rádio | 49 |
| A Política | 56 |
| A Rádio Nacional e a ideologização do futebol | 75 |
| Referências Bibliográficas | 91 |

Introdução

É dispensável dizer que o futebol é o esporte mais popular do Brasil e do mundo. É também o esporte mais praticado e o que movimenta as maiores cifras na área econômica em todo o planeta. Aqui, e em vários outros países, as pessoas choram pelo seu time, brigam, matam e até morrem por causa do futebol. O país pára e o mercado interno se aquece em época de Copa do Mundo.

O futebol se enraizou na sociedade brasileira de forma bastante eficaz. Nem as Olimpíadas, que envolvem inúmeros esportes, movimentam tanto dinheiro quanto o futebol. Hoje, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) conta com 207 membros filiados, mais que a Organização das Nações Unidas (ONU), que possui 191 filiados, e que o Comitê Olímpico Internacional (COI), que tem 202 membros registrados em seu quadro - hoje, por exemplo, entre os 204 filiados, há as Ilhas Faroe, uma possessão da Dinamarca, e a Palestina, que oficialmente não é um país. Ilhas Turks e Caicos, Montserrat, Ilhas Cook, Samoa Americanas e Macau também são outros membros que disputam as competições da entidade máxima do futebol, mas que não participam da ONU. Esses dados colocados acima, retirados dos próprios sítios eletrônicos das instituições referentes, servem para exemplificar e atestar a força e popularidade do futebol pelo mundo.

De acordo com a história, os primeiros relatos do que pode ter dado início ao futebol, data aproximadamente de 3000 a.C, na China, onde militares praticavam um tipo de jogo utilizando as cabeças dos derrotados nas guerras. Passando por alterações no Japão antigo, Grécia e Roma, o futebol ganha o formato atual na Inglaterra, onde em 1848, em Cambridge, estabelece-se um código de regras único para o futebol. De lá para

cá, as regras do futebol foram se aperfeiçoando e se adequando a necessidades tanto internas quanto externas ao jogo, como interesses da mídia.

No Brasil, o futebol se espalhou por todo o território, sendo praticado em todos os estados. Todos os estados da nação, inclusive o Distrito Federal, possuem uma federação de futebol e todas são filiadas à Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Isso quer dizer que do Rio Grande do sul a Roraima existem torneios e campeonatos envolvendo times profissionais de futebol; existem também estádios construídos exclusivamente para a prática do futebol e pessoas que pagam para assistir as equipes se enfrentando. Esses fatos não são perceptíveis em nenhum outro esporte no país.

O futebol no Brasil não tem caráter estritamente profissional, muito pelo contrário, o futebol é fonte de lazer para milhões de jogadores amadores, sendo praticado em quase qualquer lugar: em um terreno baldio, numa praça ou na rua. Onde não existe um campo ou uma quadra disponível – que são os locais próprios para a prática do esporte – crianças, adolescentes e adultos, independentemente de idade e de gênero, descalços, sem uniformes e dispendo de apenas uma bola, praticam o esporte com as mesmas regras, no máximo com algumas alterações devido a limitações de verba ou do espaço físico utilizado.

Segundo a Cagliari (2002), em 2000 havia mais de 7 milhões de praticantes do esporte no Brasil, entre homens e mulheres, sem contar as crianças e os jogadores ocasionais. Registrados nas Federações estaduais, há entre profissionais e amadores, 275 mil futebolistas homens. A Confederação Brasileira de Futebol tem informações sobre a faixa salarial de 22.585 jogadores profissionais: em 2000, pelo menos 8 em cada 10 deles ganhavam até 2 salários mínimos mensais. Entre os demais, a grande maioria recebia entre mais de 2 e 10 salários. Apenas 756 atletas profissionais ganhavam mais de 20 salários mínimos mensais. Um quadro bem diferente daquele pintado pela

imaginação popular e que se torna ainda mais dramático quando se leva em conta que, no Estado mais desenvolvido do país, segundo o Sindicato de Atletas Profissionais do Estado de São Paulo, o desemprego pode atingir até 40% da categoria. O imaginário popular desconhece até mesmo que possa existir desemprego entre jogadores de futebol profissional.

De acordo com o professor do Instituto de Economia da Unicamp, Marcelo Weishaupt Proni, o futebol foi e continua sendo uma das poucas formas de ascender socialmente no Brasil, principalmente porque, segundo ele, "nos últimos 20 anos, as possibilidades de mobilidade social diminuíram e a recessão econômica que atingiu o país na década de 80 reduziu as chances de ascensão social". Segundo o antropólogo e professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Marcos Alvito, as próprias famílias incentivam os jovens a seguirem carreira no futebol porque sabem que esta é umas das poucas maneiras de saírem da miséria. "Se o garoto tem talento, a família deposita nele toda a esperança de mudar sua situação financeira e social". Nesses casos, é muito comum o jovem abandonar a escola para se dedicar exclusivamente ao futebol, com o consentimento da família (NUNES, 2007 p. 01).

Apesar de possível, a ascensão social pelo futebol não é fácil. "A chance de um brasileiro com idade entre 20 e 32 anos chegar ao cargo de capitão da seleção brasileira é de 1 para 17 milhões. É bem mais fácil, por exemplo, ganhar no concurso da Supersena, cuja probabilidade de vitória é de 1 para 12 milhões. A carreira de um jogador de futebol começa pelas peneiras, o processo de seleção de jovens talentos dos grandes clubes. No Corinthians, de cada cinco mil adolescentes são selecionados quarenta, dos quais apenas três se tornarão profissionais. No Flamengo, dos vinte e cinco mil que tentam a cada ano, duzentos e cinquenta passam para a fase de treinos e dez viram de fato jogadores. O processo depende bastante de persistência. Cafu foi recusado doze vezes nas peneiras

dos grandes clubes paulistas. Ronaldo, o Fenômeno, foi barrado no Flamengo. Rivaldo foi dispensado pelo técnico de juniores do Santa Cruz, do Recife”. (TEICH, 2002 p. 4).

Explicitado esses dados sobre o futebol no mundo e no Brasil, o que este trabalho pretendeu foi entender e analisar, é a participação da Rádio Nacional no processo de difusão do futebol pelo território nacional nas décadas de 1930 e 40. Este é o problema de pesquisa. A intenção era avaliar a participação da Rádio Nacional, de sua fundação até 1945, período que marcou a fase áurea do rádio e o início do futebol como esporte profissional. O período delimitado, de 1930 à 1945, ficou conhecido como Era Vargas ¹.

É importante salientar que as décadas de 30 e 40 foram marcadas por fatos políticos e esportivos que as fazem merecedoras de análises. A década de 30, por exemplo, foi marcada pelo surgimento do Estado Novo, que passou a ter uma relação corporativista com a organização esportiva, o que persistiu até o fim da ditadura militar de 1964 (Manhães, 1986), pela profissionalização do futebol e pela fundação da Rádio Nacional. A década de 40, por sua vez, ficou marcada pela ausência de Copas do Mundo devido à Segunda Guerra Mundial (1939 – 45) e pela “estatização” da Rádio Nacional. A década de 50, onde o futebol brasileiro percorreu o limite entre decepção e glória, com a derrota na final da Copa de 50 para o Uruguai por 2 a 1 no Maracanã com mais de 200 mil torcedores, a eliminação da Copa de 54 na Suíça pela Hungria (que diga-se de passagem, era a favorita) e a redenção, com o título da Copa de 58 na Suécia, que apresentou ao mundo jogadores como Pelé e Garrincha, até então desconhecidos fora do Brasil, não será motivo de análise neste trabalho.

De acordo com o historiador Eliazar João da Silva (2000), “a partir da instalação do regime republicano, e, sobretudo no início do século XX, pode-se considerar de

¹ A Era Vargas é o nome que se dá ao período em que Getúlio Vargas governou o Brasil por 15 anos, ininterruptos (de 1930 a 1945). Essa época foi um divisor de águas na história brasileira, devido às inúmeras alterações que Vargas fez no país, tanto sociais quanto econômicas.

forma mais efetiva a existência de um processo de construção ou de redefinição da identidade nacional”. Esse processo se intensifica na década de 1930.

A Rádio Nacional, localizada no Rio de Janeiro, fundada em 1936, inicialmente era uma rádio privada, mas logo foi encampada pelo Estado Novo, de Getúlio Vargas, em 1940, tornando-se a rádio oficial do Brasil. O governo permitiu que os lucros auferidos com publicidade fossem aplicados na melhoria da estrutura da rádio, o que permitiu que a Rádio Nacional mantivesse o melhor elenco de músicos, cantores e radioatores da época, além da constante atualização e melhoria de suas instalações e equipamentos, o que lhe permitia ser transmitida para quase todo território nacional.

Percebe-se que no período entre as duas grandes guerras, as atividades esportivas em geral e especialmente o futebol adquiriram maiores dimensões, entendidas como cultura de massa. Além de embutir o espírito nacionalista nos jovens, o esporte trazia também a ideia do vigor físico que poderia ser usado num possível confronto bélico (Silva, 2000). O futebol ganha um valor social muito grande, quando a partir de meados do século XX, adquiri um amplo sentido de popularidade, diferentemente de modalidades como a natação, o turfe e o remo. Os dois últimos foram “os primeiros a se desenvolver na cidade do Rio de Janeiro, destacando-se pela organização do calendário de competição e dos clubes, por rapidamente desenvolverem um corpo técnico especializado, pelo desenvolvimento de um mercado ao seu redor e pela popularidade que obtiveram”².

Confirmando o que foi dito por Silva no parágrafo anterior, de acordo com Manhães existe relação direta entre esporte e educação cívica, sendo essa última “unificação ou indiferenciação do diverso para valorizar e aprimorar a nacionalidade,

² MELO, Victor A. *Cidade Esportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p.15.

sustentáculo social”³. Confirmando a frase de Manhães, a seguir trecho do Decreto-Lei número 3.199, apresentado por Capanema à Getúlio:

“É de notar, também, que no domínio das práticas desportivas, não raro podem implantar-se certos elementos de desnacionalização, e esta verificação é de molde a exigir medidas que, eliminando tais elementos, conservem os desportos permanentemente como um dos meios de educação cívica da mocidade e como uma Ivã expressão da energia nacional”.

A seguir, trecho do discurso de Vargas durante a inauguração do estádio Paulo Machado de Carvalho, o Pacaembu, inaugurado em São Paulo no dia 27 de abril de 1940, extraídas da obra de Manhães (2002, p.92):

“É... este monumental campo de jogos desportivos obra de sadio patriotismo pela sua finalidade de cultura física e educação cívica.

Agora mesmo, acabamos de assistir ao desfile de 10.000 atletas, em cujas evoluções havia a precisão e a disciplina, conjugadas no simbolismo das cores nacionais. Diante dessa demonstração de mocidade vibrante, índice eugênico da raça-mocidade em que confio e que me faz orgulhoso de ser brasileiro, quero dizer-vos: Povo de São Paulo! Compreendestes perfeitamente que o Estádio do Pacaembu é obra vossa; que para ela contribuístes com o vosso esforço e a vossa solidariedade. E compreendestes... que este monumento é como um marco da grandeza de São Paulo a serviço do Brasil.”

O futebol no Brasil e no mundo não somente atingiu impressionantes níveis de praticantes, mas também, de pessoas que acompanham com afinco os campeonatos de clubes e seleções, sem nunca terem sido praticantes. Mesmo os que não gostam de jogar ou acompanhar indiretamente o futebol, não conseguem, ao menos no Brasil, escapar por completo do raio de ação deste esporte. Que seja um filho torcendo por algum time, que seja o marido assistindo a programas esportivos sempre que possível, ou, que seja escutando fogos de artifícios em um dia de jogo decisivo. É assim em Belo Horizonte, em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Brasília e em incontáveis outras cidades brasileiras.

³ MANHÃES, Eduardo Dias. *Política de desporto no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 91.

O futebol é uma instituição social de incalculável ação e influência dentro da sociedade brasileira. Claro, que no Brasil, quando se pensa em esporte, ainda se pensa em futebol, mesmo com o fiasco da Copa do Mundo de 2006 e com o crescimento da popularidade de outros esportes, como o voleibol, que hoje se mantém em um nível superior aos demais países do mundo.

Infelizmente, o tema “futebol”, uma das manifestações populares que mais agregam seguidores no Brasil, não recebe a atenção merecida dentro das Ciências Sociais, chegando a ser visto por alguns como irrelevante. Para mostrar que não sou o único a ter a impressão de que o futebol não recebe a atenção merecida dentro do meio acadêmico brasileiro, cito um trecho do sociólogo carioca Ronaldo Helal em seu livro “*O que é Sociologia do Esporte*”, de 1990, que vai ao encontro do meu pensamento:

“Esta atitude de menosprezo pelo esporte era, até certo ponto, o reflexo imediato da negligência das Ciências Sociais por temas que se interessavam pelo cotidiano das pessoas. Somente temas referentes à política, à economia, e às relações internacionais é que eram considerados “sérios” e merecedores de estudo”. (pág. 15).

Dezenove anos após a publicação do livro de Helal, podemos perceber que pouco se avançou no meio acadêmico brasileiro em relação a estudos sobre o tema futebol. Isso foi constatado após passar por enormes dificuldades para encontrar bibliografia na área aqui no Brasil, tendo que recorrer muitas vezes a artigos escritos por jornalistas esportivos ou a cronistas que já não fazem mais parte deste mundo, como Nélon Rodrigues e Mário Filho. Se não houve facilidade para pesquisar sociologicamente o futebol no Brasil, a dificuldade em encontrar fontes sobre a Rádio Nacional do período estudado foi maior.

Felizmente, muitas pessoas reconhecem a importância do futebol para a sociedade brasileira, e, sendo uma delas, resolvi estudar melhor o tema e tentar

desvendar alguns mitos relacionados a ele. Em um país onde as estatísticas apontam dificuldade na qualidade de vida, como os altos índices de desemprego, analfabetismo e conseqüentemente, níveis de criminalidade, viram-se as costas para um setor que contribui, e muito, para uma melhora da qualidade de vida e também para a redução desses índices negativos. Podemos perceber claramente a importância dada ao esporte pela a população brasileira em épocas de Jogos Olímpicos e principalmente em Copas do Mundo – onde surge um incrível sentimento de patriotismo normalmente não percebido na maioria dos brasileiros fora deste período.

Alguns dos trabalhos sobre futebol que já foram realizados, segundo Igor Machado (2000), não o analisam como uma dimensão importante da realidade nacional e, quando o fazem, as explicações variam entre dois pólos: do ópio à democracia do povo. Segundo ele, “a abordagem que podemos chamar de "democrática" é "essencialista" e se funda na miscigenação racial e na riqueza do jeito "mulato" de ser do brasileiro. Influenciada, entre outros, por Gilberto Freyre (1964), explica o sucesso do futebol no Brasil em função do caráter mestiço do povo, revestindo o esporte de uma "alma brasileira" ligada à idéia de um encontro idealizado entre brancos, negros e índios, base da noção de democracia racial como ideologia. Essas explicações "racistas" exacerbam o lado positivo do nacionalismo e associam o futebol à constituição étnica da população e da nação que, para elas, antecede a própria história nacional”. (Machado, 2000).

Em contraponto ao pensamento de Gilberto Freire, surge a análise "universalista" do futebol, realizada por Roberto DaMatta (1985; 1986; 1994). A partir dos conceitos de "drama social" de Victor Turner e "situação social" de Max Gluckman, DaMatta sugere que o futebol promove uma horizontalização dos relacionamentos em uma sociedade hierárquica, uma vez que a igualdade é uma condição para a disputa (ou jogo),

estabelecendo paridade de condições para todas as pessoas envolvidas no campo esportivo (Machado, 2000). O exercício de acatamento de regras universais em uma sociedade "vertical", onde predominam particularismos e casuísmos, estimularia formas modernas de concepção social, inclusive de cidadania. Segundo DaMatta, o futebol "proporciona uma experiência exemplar de legitimidade e de acatamento de leis", engendrando um espaço primordialmente democrático (1985, p.28).

Concordando ou não com o que foi dito por Freire e DaMatta, é de grande valia as tentativas de ambos, e também de outros autores, de tentar fazer relações entre o futebol e a sociedade brasileira. Para se ter uma idéia da abstração de alguns trabalhos, em estudo recente, Gilson Gil (1994) trata de relacionar o futebol com a criação de um dos aspectos da nação brasileira, demonstrando como a imagem do futebol-arte se vincula com a idéia de povo brasileiro harmonicamente miscigenado. Gil apresenta o futebol como o esporte mais popular do país porque, nessa modalidade esportiva, ocorreu uma feliz associação entre negros, brancos e mulatos, de tal modo que "a partir do futebol, elaborou-se uma visão essencialmente mestiça de nossos jogadores e de nossa cultura" (*idem*:103). Ocorre que, a partir de 1954, esse modelo entra em crise, devido aos fracassos da seleção nacional, colocando em xeque nossa nacionalidade, com demandas em favor da modernização do futebol brasileiro, que deveria ser mais tático, mais "europeu" e menos "artístico". Essa crise, apontada por Gilson Gil, se funda em uma hipótese freyriana, já que a evolução de nosso futebol enquanto metáfora conflituosa de nossa nacionalidade é marcada desde os anos 70 por uma "crise paradigmática" do "futebol-arte". Percebemos que, em Gil, o futebol é entendido somente enquanto uma metáfora da nacionalidade.

A maneira como o brasileiro joga futebol é conhecida no mundo inteiro. O jogador brasileiro tem o rótulo de "malandro", no sentido de enganar o adversário com

sua ginga. Para Machado (2002), se contrapondo ao que disse Gil, “o futebol-arte sobrevive no jogador que sozinho desequilibra a partida com lances de magia. A correspondência entre futebol-arte e nação não é exclusiva, nem baseada em uma escolha absoluta, mas persiste entre nós combinando-se criativamente com outros modelos e paradigmas.

A intenção deste trabalho não foi entrar no mérito de discussões entre autores ou teorias sobre futebol-arte, miscigenação ou outro tema controverso qualquer. O jeito brasileiro de jogar, que segundo alguns autores descende de uma mistura entre a capoeira e danças típicas trazidas da África, com a “malandragem” do povo brasileiro, também pode ser responsável pelo sucesso do futebol do Brasil perante o mundo, agora, não se pode afirmar que esta variável esteja entre os motivos que levaram o futebol a se espalhar pelo país. É um tanto complexo analisar a influência de danças ou de outros fatores culturais da gênese do nosso povo na nossa forma de jogar futebol. Se existem controversas sobre influência da “malandragem” do brasileiro na forma de jogar, é sabido que o futebol é visto no Brasil como uma forma de lazer, ou seja, grande parte dos brasileiros pratica futebol por prazer e não por obrigação, o que sem dúvida auxilia no ato do esporte se espalhar por aqui. O fato de o prazer gerado pelo futebol contribuir para sua proliferação é uma premissa, não uma hipótese. Obviamente não se pode generalizar. Boa parte da população brasileira tem outros esportes como preferenciais ou não torcem por nenhum clube de futebol, porém, é mínima a parcela que não sofre algum tipo de influência, mesmo que indireta do jogo.

O Brasil se caracteriza como grande exportador de jogadores de futebol para, principalmente, países europeus e asiáticos. Mesmo com os grandes clubes do futebol brasileiro conseguindo arrecadar dinheiro de patrocinadores privados e com cotas de televisão, o que ajuda a equilibrar suas finanças, as suas principais fontes de renda são as

vendas de jogadores para outros clubes, principalmente no exterior. Enquanto os grandes clubes nacionais buscam os melhores jogadores dos clubes intermediários, os clubes europeus, e mais recentemente os asiáticos, levam do Brasil os principais jogadores. Uma entidade como o São Paulo Futebol Clube, considerado o clube mais rico do Brasil, tanto em patrimônio (possui o estádio Cícero Pompeu de Toledo, o Morumbi, o maior particular do país) como em arrecadação (em 2005 arrecadou mais de 135 milhões de reais)⁴, ainda está muito longe de se aproximar dos maiores arrecadadores da Europa. Em 2005, os dezenove clubes mais ricos do Brasil arrecadaram juntos R\$ 825,75 milhões, enquanto somente o Manchester United da Inglaterra arrecadou R\$ 840 milhões⁵. Diferentemente do que acontece no Brasil, onde os jogadores são as principais fontes de renda, na Inglaterra, os clubes investem em canais de televisão, rádio, revistas, cartões de crédito e até seguros de automóveis, além de explorar ao máximo seus estádios, utilizando-os para shows e eventos que nada tem a ver com o futebol. Não me cabe neste trabalho tentar explicar os motivos pelos quais o futebol brasileiro não consegue se estruturar ao ponto de conseguir algo mais próximo dos europeus, mas, é inevitável tocar em alguns pontos que podem influenciar neste fato.

Sobre o fracasso administrativo do futebol brasileiro, Helal diz que

“um fenômeno de massa não consegue se sustentar por muito tempo sem a presença de “heróis”, “ídolos”, “estrelas”. São eles que levam as pessoas a se identificarem com aquele evento. Eles representam a nossa comunidade, país e nação, seus anseios, temores e sonhos de uma forma gloriosa frequentemente sobrepujando obstáculos aparentemente intransponíveis”.

Seguindo com o mesmo autor,

⁴ Jornal Tribuna do Norte, 08 de julho de 2007.

⁵ Ver em <http://futebolnegocio.wordpress.com/2008/09/15/manchester-united-da-lucratividade-as-dividas/>

“Após a Copa do Mundo de 1982, um número considerável desses “heróis” começou a deixar o país para jogar no exterior. O êxodo dos jogadores foi causado, por um lado, pela “crescente profissionalização dos jogadores” e, por outro, pela “falta de profissionalização na administração”. Talvez um número bem menos expressivo de jogadores teria deixado o país caso o futebol fosse organizado de uma forma mais racional ou moderna, baseada em uma ética única de profissionalismo. Logo a “modernização” em nível de administração torna-se fundamental para assegurar um aspecto “tradicional” do espetáculo: a presença de ídolos”.

Helal delimita como data inicial da fuga excessiva de jogadores brasileiros o final da Copa de 1982 e podemos constatar através de dados concretos que o êxodo além de não parar, aumentou em proporções difíceis de serem previstas. Para ilustrar com maior clareza o êxodo de jogadores brasileiros para o exterior, acompanhemos o quadro abaixo:

| <i>Ano da transferência</i> | <i>Quantidade de jogadores</i> |
|------------------------------------|---------------------------------------|
| <i>2002</i> | <i>665</i> |
| <i>2003</i> | <i>858</i> |
| <i>2004</i> | <i>857</i> |
| <i>2005</i> | <i>878</i> |
| <i>2006</i> | <i>851</i> |
| <i>2007</i> | <i>1085</i> |
| <i>2008</i> | <i>1176</i> |

Fonte: Confederação Brasileira de Futebol

O processo de migração dos jogadores brasileiros para a Europa, que segundo Helal se intensificou após a Copa da Espanha de 1982, tomou logo no início século XXI, dimensões jamais vistas no esporte mundial, porém, algumas diferenças são

claras entre a quantidade de transferências nos últimos 30 anos. Se anteriormente os jogadores saíam contratados quase que exclusivamente por grandes clubes europeus, e como defendeu Helal, buscavam fugir do amadorismo dos dirigentes e da desorganização do futebol brasileiro, hoje não há mais como defender esse pensamento. Dentre os jogadores enquadrados nos dados que expus no quadro acima, estão atletas que foram para locais e equipes que nem de longe lembram os grandes clubes europeus ou a organização racional moderna que para Helal, eram buscadas pelos jogadores no futebol Europeu. Dizer ou acreditar que atletas que deixam grandes clubes brasileiros para irem jogar em países como Albânia, Geórgia, Azerbaijão, Grécia, ou em outros lugares que eu poderia citar aqui em mais algumas linhas, estão em busca de locais onde haja no futebol administrações profissionais e organização racional seria no mínimo ingenuidade. A título de ilustração, cito relatos do jornal *Kathimerini*, em 2006, situado na capital grega, feito pelo jornalista Makis Triantafylopoulos:

“Violência de torcedores, estádios vazios, equipes quebradas, jogadores sem salários e suspeitas de armação nos resultados são a realidade de várias estrelas gregas quando voltarem de Portugal”.

Dando seqüência ao que publicou o jornalista,

“O futebol grego tem duas caras, no exterior nós vamos bem, e em casa é uma completa bagunça. O problema não são só os torcedores violentos, é o tipo de gente que está comandando o jogo. Quando você controla os árbitros, você não tem de gastar seu dinheiro em jogadores e estádios para ser bem sucedido”.

Como se perceberá nesse trabalho, o Brasil sempre exportou jogadores, desde a década de 1930, mas nunca como no início do século XXI, o que pode ter gerado uma

consequência da qual trato rapidamente agora. Jogadores cada vez mais novos deixam o país levados por clubes europeus, se adaptando ao modo de jogo deles, ainda adolescentes, perdendo rapidamente o contato com o futebol interno. Se o fato de o Brasil se encontrar geograficamente afastado dos grandes centros futebolísticos europeus constituía uma vantagem, por não tornar o jogador ou os esquemas táticos brasileiros previsíveis, esse êxodo, que coloca os melhores jogadores do país inseridos no mesmo ambiente dos jogadores e técnicos de outras nações, contribui para a perda do fator surpresa que antes era crucial para nossas seleções. Jogadores já ídolos internamente, eram ainda desconhecidos para os Europeus, como os já citados anteriormente Pelé e Garrincha, além de outros, como Rivelino, Jairzinho, Tostão, Gérson e outros que conquistaram títulos internacionais pelo país. Essa saída precoce de jogadores brasileiros e as recentes derrotas internacionais, como a Copa do Mundo de 2006 e as últimas Olimpíadas (o Brasil nunca se sagrou Campeão Olímpico), trazem a tona uma possível perda da noção de nação por parte dos atletas, que não têm em seu dia a dia, contato com os sentimentos da população brasileira.

Procedimentos Metodológicos

Depois dos dados acima e sabendo da dimensão da difusão do futebol em um país tão grande como o Brasil, o objetivo geral deste trabalho é compreender como se deu tal difusão do futebol pelo território nacional. Se a participação do rádio, desde o momento em que o esporte chegou ao Brasil (estima-se que tenha sido em 1894), focando nas décadas de 1930 e 40 contribuiu para este evento e que fatores contribuíram para que isso ocorresse. A escolha deste recorte histórico se deveu, em grande parte, por se tratar do período de vigência do Estado Novo e de uma época em que ainda não existiam no Brasil as transmissões televisivas, ficando para o rádio o posto de principal meio de comunicação do período, sendo o maior responsável pela divulgação de propagandas governamentais e pelas transmissões esportivas e novelísticas. Não desprezarei outros tipos de mídia, como jornais e revistas, porém, é premissa que, além do rádio (e principalmente da Rádio Nacional), não havia na época estudada outro meio de comunicação de alcance nacional. Especificamente e como já colocado anteriormente, pretendo avaliar a participação do Estado Novo e da Rádio Nacional no processo de difusão do futebol no país.

A discussão entre as correntes antropológicas difusionistas e funcionalistas, sobre a fundamental característica de uma mudança – se endógena ou exógena – que não raramente aparece nos debates da sociologia, será aqui colocada na medida em que avaliaremos a participação tanto de fatores internos na difusão do futebol – como a atuação dos meios de comunicação e políticas públicas – quanto externos – a influência dos europeus no mesmo processo.

Para atingir o objetivo do trabalho, parti basicamente de duas hipóteses que direcionaram o estudo sobre tal difusão do futebol no país. A primeira é que a participação do rádio foi fundamental para a propagação do futebol por todo território nacional. A segunda é que políticas governamentais, principalmente durante o Estado Novo, utilizadas para fortalecimento do governo perante a população, beneficiaram ainda mais a cultura futebolística na sociedade em geral. A dificuldade em ascender socialmente no Brasil e a facilidade encontrada para se praticar o futebol, também serão consideradas, apesar de considerá-las premissas, e não hipóteses.

Havia inicialmente a intenção de se trabalhar com gravações de áudio da Rádio Nacional, porém, nos contatos feitos com o setor de arquivos da rádio no Rio de Janeiro, ficou claro que os áudios existentes não tinham muita relevância para este trabalho, já que não há arquivos de transmissões esportivas ou programas esportivos, na íntegra, das décadas solicitadas, que pudesse servir de base para análise. No decorrer da pesquisa, descobriu-se também que, além da inexistência de áudios, não há documentos por escrito, na sede carioca, que permitisse o cumprimento desta tarefa de forma diferente das possibilidades encontradas na filial da empresa aqui em Brasília, ou seja, pouco mudaria neste trabalho se ele tivesse sido realizado com pesquisas nos arquivos da Rádio Nacional no Rio de Janeiro. De acordo com Ronaldo Conde, o descaso, por parte dos militares do regime de 64, com a história da Rádio Nacional não permite que se tenham dados concretos suficientes que torne possível fazer uma pesquisa detalhada sobre a programação e os discursos proferidos na rádio.

Mesmo com a informação de que não havia áudios suficientemente relevantes nos arquivos cariocas, foi solicitado pela filial do Distrito Federal, que enviassem para Brasília todos os arquivos de áudio que cobrissem o período de 1930 a 1945. Chegaram à sede daqui, exatamente 36 minutos e 45 segundos, de episódios a partir de 1948, do

Almanaque Kolynos (episódio natalino, com uma referência futebolística a um Fla x Flu entre personagens gregos e troianos), um comunicado da United Express (agência de notícias) sobre uma solicitação soviética à ONU de punição aos EUA em determinado conflito de interesses no Oriente, alguns contos e programas de humor de auditório. Até mesmo o almanaque da Rádio Nacional não possui áudio relevante, somente contendo alguns trechos de abertura de programas e comerciais.

Este trabalho foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas, não só utilizando trabalhos científicos, como também arquivos de jornais da época. Dois cidadãos foram informantes-chaves da pesquisa. O sociólogo e historiador Ronaldo Conde Aguiar e o jornalista Luis Pineda Mendes. O primeiro foi autor do Almanaque da Rádio Nacional, além do livro *Vitória na derrota: a morte de Getúlio*, ou seja, conhecedor de dois dos temas abordados neste trabalho. O segundo, radialista conterrâneo de Getúlio Vargas, que iniciou sua carreira no rádio na década de 40, trabalhou na Nacional durante o regime militar de 64 e participou da fundação da Rádio Globo, no Rio de Janeiro, onde atualmente participa de programa esportivo.

Em um primeiro momento, realizou-se uma revisão e seleção da bibliografia existente sobre o assunto, incluindo levantamento sobre as prováveis instituições de rádio que participaram diretamente do processo envolvido no trabalho.

Depois da bibliografia revisada e selecionada, se iniciou o processo de organização das informações, cronologicamente, para que fosse mantida uma seqüência de tempo e espaço bem clara ao final do trabalho. A base da pesquisa foram as obras de autores que pesquisaram sobre o Estado Novo, o futebol, o rádio e a Rádio Nacional, o que tornou possível a confecção deste trabalho. Foram feitas incursões à sede da Radiobrás, empresa estatal que hoje continua com as transmissões da Rádio Nacional em Brasília e outras cidades do Brasil.

Algumas teorias sobre futebol, imigração, política e Estado Novo foram utilizadas, porém, sem a obrigatoriedade de discuti-las a fundo, por não ser o objetivo do trabalho. Não se pretendeu apoiar exclusivamente em uma corrente de análise, como a tese de “ópio do povo” ou a de “drama social” defendida por Da Matta, ficando reservado o direito de utilizar determinados autores e suas idéias de acordo com os rumos que a pesquisa tomasse. Durante a análise sobre a possibilidade de utilização ideológica do futebol pelo Estado Novo, surgiu em determinados momentos a perspectiva crítico-dialética marxista, e também a vertente leninista do conceito, onde as ideologias são armas doutrinárias de que se munem as classes sociais. Nesse caso, o esporte seria utilizado pelo Estado como fonte de dominação sobre a população, mediante a idéia de identidade e unidade nacional. Este último caso é o mais utilizado pelos estudiosos do assunto, apesar de não ter sido encontrada nenhuma referência a esse conceito como foi colocado aqui. Na verdade, não se percebe a necessidade de explicitar determinados conceitos que já são compreendidos pelo todo, acadêmico ou não.

A respeito da utilização de determinadas teorias, em seu livro *A Constituição da Sociedade*, Anthony Giddens, que apesar de ser também um teórico social, indaga:

“Por que se preocupar com noções incômodas como “estruturação” (sua própria teoria descrita neste livro) e o resto se pesquisas sociais de primeira categoria podem ser feitas sem elas?”. (pág. 384).

Mais:

“Não existe, é claro, obrigação para quem quer que efetue detalhada pesquisa empírica, num dado cenário localizado, de acolher uma série de noções abstratas que apenas atravancariam o que, caso contrário, poderia ser descrito com economia e me linguagem comum. Os conceitos da teoria da estruturação, como no caso de qualquer perspectiva teórica concorrente, devem ser considerados, para muitos fins de pesquisa, nada mais do que recursos sensibilizadores. Quer dizer, eles podem ser úteis para se refletir sobre problemas de pesquisa e para a interpretação dos resultados de estudos”. (pág. 385).

O Futebol

O futebol chega ao Brasil no final do século XIX trazido por marinheiros britânicos que praticavam o esporte nos momentos de descanso nos cais dos portos brasileiros. Inicialmente os marinheiros levavam as bolas rústicas para seus países de origem, o que impedia que os brasileiros espectadores dessem prosseguimento à prática. Apesar de parte da literatura sobre o futebol defender a tese de que a entrada do esporte no país antes da última década do século XIX, a maioria dos escritos vinculam o feito à chegada ao Brasil do paulista Charles Miller, que em 1894 retornou de seus estudos na Inglaterra trazendo duas bolas de futebol, uma agulha, uma bomba de ar e dois uniformes, dando o pontapé inicial para a prática regular do esporte. Inicialmente, o futebol no Brasil era praticado pelos altos funcionários ingleses da Companhia de Gás, do London Bank e da Companhia Ferroviária São Paulo Railway – estes fundaram o São Paulo Athletic Club, em 1888 (não há ligação deste com o São Paulo Futebol Clube, que viria a ser fundado em 1935). Em 1898 surge o primeiro clube fundado por brasileiros, a Associação Athletica do Mackenzie College, onde inicialmente os atletas jogavam vestindo gravatas brancas, o que mostra o nível social dos praticantes de então. Nessa época, enquanto “o futebol já era um dos esportes mais praticados na Europa, em especial na França e Inglaterra”⁶, no Brasil ocorria “uma série de transformações que acabaram tendo como um dos resultados, a remodelação dos centros urbanos, como um projeto de modernização, e associado a ela, a necessidade de manter um físico sadio”⁷, o que acarretou no surgimento de novas práticas sociais, dentre elas, a difusão do esporte.

⁶ SILVA, Eliazar João. *Bola na Rede. Assis: UNESP, 2000. p. 10.*

⁷ *Idem.*

Nesse contexto, o esporte (não apenas o futebol) apresentou-se como um dos elementos capazes de representar as mudanças de um novo cenário caracterizado, em grande medida, pelas inovações originadas das reformas dos grandes centros urbanos – especialmente São Paulo e Rio de Janeiro. Os esportes difundidos no Brasil tiveram como objetivos atender aos anseios da população que buscava se moldar a tudo que dissesse respeito à Europa, mais precisamente França e Inglaterra. A juventude proveniente de famílias mais abastadas e/ou que haviam estudado na Europa, também praticava o esporte na expectativa de se moldar aos hábitos da juventude européia, inserindo-se no “estilo de vida moderna” (SILVA, p. 11). A influência dos imigrantes é fator de grande importância a ser considerado no desenvolvimento do campo esportivo brasileiro. A “tendência francólica”⁸ da família real era notável desde o Brasil colônia. Tal influência não se dava apenas no campo esportivo, como também nas artes, na arquitetura urbanística e na própria literatura. A presença inglesa é tão ou mais perceptível que a francesa, principalmente nas ordens comercial, financeira e tecnológica. Anteriormente à abertura dos portos, em 1808, a Inglaterra já exercia grande influência nos rumos do Brasil. Logo depois da independência, parte das elites começou a adotar certos costumes da Inglaterra, “substituindo os sucos de frutas tropicais por chás, utilizando expressões do idioma inglês e até mesmo incorporando mitos ingleses às lendas brasileiras”⁹. É importante considerar que a partir da segunda metade do século XIX, a influência inglesa se intensificou ao basearmos nosso processo de industrialização no modelo britânico. Com a industrialização brasileira, muitas companhias britânicas se estabeleceram no país e seus funcionários acabaram também

⁸ MELO, Victor A. *Cidade Esportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p.23.

⁹ MORAES, Eliane Robert. A cultura da apropriação. Folha de São Paulo, São Paulo, Caderno Mais, 23 de março de 1997. P.14.

contribuindo para a cultura brasileira – pelos nomes dos clubes acima, fica óbvio a participação deles no nosso futebol.

De acordo com Joan-Eugeni Sánchez (1992, p.295), o êxito no processo de difusão de uma determinada inovação depende mais de sua procedência social e territorial do que de suas supostas vantagens intrínsecas. A supremacia mundial britânica no final do século XIX foi fundamental na propagação do futebol. Neste sentido, sobre a difusão dos esportes modernos, Allen Guttmann (1994, p.173) percebe que trata-se basicamente de um fluxo no sentido centro-periferia. Não por acaso, Inglaterra e Estados Unidos (as potências imperiais respectivamente dos séculos XIX e XX) são os únicos países cujos esportes principais não foram gestados no exterior: futebol, rugby e cricket entre ingleses, futebol americano, basquetebol e beisebol nos EUA. Estes são indícios da evidência de bases geográficas no fenômeno esportivo. Segundo Mascarenhas (2003), a grande extensão do Império Britânico propiciou a larga difusão da informação "futebol", mas acredita-se que sua efetiva adoção dependeu de fatores locais, de forma que somente uma abordagem geograficamente fundada pode dar conta dos diferentes ritmos de adoção desta inovação nas diversas regiões do mundo. Veremos neste trabalho o caso brasileiro.

A movimentação inicial dos brasileiros em relação ao futebol não se restringiu ao eixo Rio-São Paulo. Em 14 de julho de 1900, surgia no Rio Grande do Sul, o primeiro clube fundado exclusivamente para a prática do futebol ¹⁰, o Sport Club Rio Grande, na cidade portuária de Rio Grande, cuja ata foi lavrada no dia 19 do mesmo mês ¹¹, ficando essa como a data oficial de fundação do clube. Outras associações esportivas surgiram no Rio Grande do Sul espelhadas no Rio Grande, como o Pelotas, Marcílio Dias, Bagé e Porto Alegre. Em 15 de setembro de 1909 foi criado o Fuss-Ball Club Porto Alegrense.

¹⁰ Já existiam outras agremiações esportivas anteriores ao Sport Club Rio Grande, porém, não focavam exclusivamente no futebol.

¹¹ Por esse motivo, essa data passou a ser considerada o “Dia do Futebol”.

No mesmo dia, à noite, fundou-se o Grêmio Fuss-Ball Porto Alegre (Aquino, 2002). Em Pernambuco, outro jovem brasileiro, Guilherme de Aquino Fonseca, que estudara na Inglaterra, colaborou com a criação do Sport Club do Recife, em 1905. Quatro anos mais tarde surgiu o Clube Náutico Capiberibe, até, em 1915, ser fundada a Federação Pernambucana de Futebol.

No Amazonas, apesar de afastada dos centros urbanos que cresciam nas regiões mais ao sul do país, a riqueza gerada pela exploração da borracha possibilitou a algumas famílias enviarem seus filhos para estudarem na Europa. Em consequência disso, o futebol também chega a Manaus – cidade afastada do litoral – na primeira década do século XX, trazido por Fernando Maquine da Silva, que fundou o Eleven Nacional Football¹², em 1913. Segundo Aquino (2002), “já em 1982, associados do Clube de Esgrima, de Belém, se reuniam para disputar umas peladas” (p.29). Em 1905 nascia o Clube do Remo e em 1913 a Federação Paraense de Desportos.

Concomitantemente, em diversos outros estados brasileiros como Paraná, Bahia, Paraíba e Ceará, se criavam clubes voltados para a prática futebolística. Por estudantes retornando ao país, ou por imigrantes que chegavam da Europa, o futebol se espalha pelo Brasil de forma impressionante, se unirmos variáveis como a dimensão do território brasileiro, a proximidade das datas de fundação dos clubes e a precariedade dos meios de comunicação. O que quero dizer com isso é que o Brasil é extenso demais para o futebol tenha sido difundido por tamanha quantidade de regiões, em tão pouco tempo, a partir das atitudes de um pequeno grupo de praticantes, seja de paulistas ou cariocas. O debate sobre quem seria o precursor do futebol no Brasil não tem importância para este trabalho.

Citando Mascarenhas novamente para comparar o caso brasileiro a outros países,

¹² Hoje conhecido simplesmente como Nacional Futebol Clube.

“Le Havre na França, Gênova na Itália e Rotterdam na Holanda. Bilbao na Espanha e Bremen na Alemanha. Belém no Brasil, Callao no Peru e Valparaíso no Chile, sem citar os casos notórios de Montevideo e Buenos Aires. São inúmeros os exemplos de cidades portuárias que, a partir da exibição informal de marinheiros britânicos, tiveram contato precoce com o futebol, quase sempre antes de qualquer outra localidade em seus respectivos países. Sabemos portanto que tratar da difusão do futebol requer a verificação da presença inglesa, e sem dúvida o Brasil esteve envolvido nas malhas deste grande império do século XIX. A presença constante de suas embarcações, somada à implantação concomitante de ferrovias e diversos outros equipamentos em nosso território (exportação de capitais britânicos destinados ao setor de mercado interno), viabilizou relativo contato com diversas práticas sócio-culturais inglesas, dentre elas o futebol, conforme atestam inúmeros registros na historiografia” (2003).

Percebe-se que cidades litorâneas, exceto Manaus, estão entre as que acolheram inicialmente o futebol. Todas tiveram contato direto com imigrantes ou estudantes de boa renda que estiveram na Europa. Aqui se encontra o elo para tal difusão inicial do futebol pelo Brasil. Como já colocado anteriormente, o futebol veio da Inglaterra em um pacote que continha, além do vínculo do esporte ao físico sadio, as idéias de “bom funcionamento dos órgãos, espírito de disciplina e solidariedade entre os atletas”¹³. O futebol não parte de um único ponto para o resto do país, mas sim, chega a diversas regiões, em um período de tempo restrito, levadas por fontes distintas, que tinham como característica comum, fazer parte da elite econômica de cada região. Em resumo, defendo a idéia de que o futebol começa a se propagar pelo Brasil por diversas fontes advindas da Europa em períodos bem próximos, ao contrário da idéia de que poucos estados, como Rio de Janeiro e São Paulo, tenham exportado o esporte para outros.

Pelo mesmo caminho que esta pesquisa me levou, Mascarenhas também conclui algo muito próximo sobre como se deu o processo de propagação do futebol pelo Brasil:

“Em linhas gerais, disseminou-se a avaliação superficial de que o Brasil repete o clássico processo de introdução e difusão do futebol, isto é, aquele que penetra pelo porto principal para, a seguir, se espalhar pelo território. Entretanto, a existência de vários portos distantes entre si e a dispersão espacial dos investimentos ingleses pelo território nacional conformaram um quadro peculiar, muito distinto daquele verificado em Argentina, Chile e Uruguai. Ao contrário, aliás

¹³ AQUINO, Rubim Santos. *Futebol, uma paixão nacional*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2002 p. 32

do que afirmou Janet Lever (1983:64), ao sugerir um modelo comum para a América do Sul, no Brasil não podemos localizar um único ponto no território a partir do qual o futebol, enquanto inovação, tenha se introduzido e se difundido espacialmente, embora reconheçamos a primazia paulistana no processo de adoção. Verifica-se portanto um caso atípico, no qual o futebol penetra no território nacional quase simultaneamente por vários pontos desconectados entre si (mas conectados com o exterior), como incursões independentes no movimento conjunto da difusão”(2003).

Utilizando a obra de Milton Santos, pode-se perceber que no Brasil “daquele apagar do século XIX, prevalecia efetivamente a herança do sistema colonial, no qual as diferentes regiões mantinham-se praticamente isoladas no plano interno” (Santos, 1996). Tal configuração territorial, ainda baseada nestas “ilhas produtivas” do modelo agro-exportador (Geiger, 1963; Singer, 1974), não abrigava evidentemente a possibilidade de conformação de uma rede urbana integrada em escala nacional. Ainda com Milton Santos, “o Brasil foi, durante muitos séculos, um grande arquipélago formado por subespaços que evoluíam segundo lógicas próprias, ditadas em grande parte por sua relação com o mundo exterior” (1996, p.26). Em síntese, quando o futebol inicia sua larga difusão planetária (1880-1900) encontra no Brasil um território politicamente fragmentado e com uma diminuta base urbana: menos de um décimo da população brasileira vive em cidades em 1900.

Diferentemente de Buenos Aires e Montevideú, que monopolizavam a informação e a produção de conceitos em seus respectivos países, o Rio de Janeiro e São Paulo não eram as metrópoles que hoje se conhece. Naquele contexto, nossas metrópoles "apenas comandavam uma fração do território, sua chamada zona de influência" (Santos, 1996, p.89). Tal papel somente se evidenciou a partir de 1930, resultado dos esforços da política de integração do território nacional e do advento de novas formas de comunicação (como a radiodifusão) e do início da expansão da malha viária. Neste sentido, diversas localidades mantiveram-se em relativo isolamento em relação aos grandes centros urbanos nacionais, mantendo o tradicional localismo. No âmbito do

futebol, tal situação propiciou o surgimento de rivalidades locais. Ao mesmo tempo, as principais cidades seguiam mantendo relativo isolamento entre si, de forma que os principais confrontos futebolísticos se davam no nível intra-urbano, e não interurbano, como se pode notar comumente no caso europeu¹⁴.

A difusão e estruturação do futebol em determinados países, está diretamente ligada às características territoriais. Na Espanha, por exemplo, o primeiro campeonato de futebol foi realizado em 1902, e reuniu seis clubes das três mais importantes cidades espanholas (Madrid, Barcelona e Bilbao), adquirindo desde o início um caráter nacional (Mascarenhas, 2001). Na Itália, clubes de Genova (porto introdutor do futebol) e Turim (importante centro industrial), organizaram o primeiro campeonato em 1898, incluindo dois anos mais tarde a cidade de Milão (Brera, 1975, p.20-28). Trata-se novamente de uma perspectiva nacional, de confronto entre importantes cidades. Na França, o campeonato se inicia em 1894, e após restringir-se aos clubes de Paris durante os primeiros cinco anos (Delaunay, 1982:20-9), tornou-se paulatinamente uma competição nacional. Países como Uruguai e Argentina, que mais ainda que a França, apresentavam um sistema urbano com elevado grau de sofisticação¹⁵ (Montevideu concentrava metade da população nacional), desde o início entenderam que suas competições futebolísticas, embora restritas a estas cidades, tinham um caráter nacional: “no sentido figurado, a própria ‘nação’ cabia dentro delas” (Mascarenhas, 2003).

O território brasileiro proporcionou ao futebol uma forma diferente de se organizar, fortalecendo inicialmente os campeonatos regionais, levando algum tempo para surgirem os primeiros campeonatos que englobavam times de diferentes regiões do país. Os primeiros campeonatos de futebol ocorreram no início do século XX, em São Paulo (1902), Bahia (1904) e Rio de Janeiro (1906), e se denominavam “campeonatos

¹⁴ Mascarenhas, 2003.

¹⁵ *Idem*.

estaduais”, mesmo reunindo times de apenas uma cidade, neste caso, as capitais desses estados. No Rio Grande do Norte, os registros apontam para a direção de que a primeira disputa do estadual ocorreu em 1918, também se concentrando na cidade de Natal, porém, uma epidemia de gripe espanhola (que ocorria em várias partes do mundo), fez com que o torneio fosse interrompido, retornando em 1919, com apenas três clubes disputando. Não cabe aqui falar sobre peculiaridades dos campeonatos de cada unidade federativa do Brasil, bastando dizer que nos anos 20, a maioria dos estados brasileiros já possuía um campeonato de futebol, quase sempre concentrado na capital estadual, por falta de rede viária adequada, de mercado suficiente nas cidades menores ou de maior difusão do futebol no interior. Segundo Mascarenhas (2003), “durante a primeira metade do século XX, foi este o panorama fragmentado do futebol brasileiro”.

Em 1922, as seleções dos estados começaram a disputar o Campeonato Brasileiro de Futebol, que, em 1971, com o início do Campeonato Brasileiro de Clubes, passou a ser conhecido como Campeonato Brasileiro de Seleções¹⁶. Apesar de envolver vários estados da federação, este torneio não mobilizava o país em torno dos jogos, por ser de curta duração e o jogo final ser sempre no Rio de Janeiro. De acordo com Ubiratan Leal¹⁷, “o torneio foi um subproduto da origem fragmentada e completamente dispersa do futebol brasileiro”. Seguindo com Leal,

“Em 1922, o Rio de Janeiro sediaria a Copa América. Para montar uma equipe forte, a CBD decidiu organizar o Torneio de Seleções. Foi uma competição experimental, disputada por sete equipes – Bahia, Distrito Federal (apenas a cidade do Rio de Janeiro, futura Guanabara), Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro (o que hoje forma o interior do Estado), Rio Grande do Sul e São Paulo – em julho e agosto daquele ano. Com 4 vitórias no mesmo número de jogos, os paulistas foram campeões. Os cariocas (pelo Distrito Federal da época, já que Brasília não havia sido construída) ficaram em segundo e os baianos em terceiro”.

Leal ainda diz:

“Com o sucesso do torneio, a confederação decidiu oficializá-lo, criando o Campeonato Brasileiro em 1923. O sucesso era tão grande que, em 1925, já havia

¹⁶ LEAL, Ubiratan. *A primeira versão do Campeonato Brasileiro*. Revista ESPN, 18 de fevereiro de 2004.

¹⁷ idem.

12 Estados inscritos, o que obrigou a CBD a dividir a fase inicial em grupos regionais. Pará e Amazonas ficaram no Norte, Pernambuco, Bahia, Ceará e Paraíba representavam o Nordeste, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais eram as equipes do grupo centro e São Paulo, Rio Grande do Sul e Paraná jogavam pela região Sul. Nos anos 50, com o crescimento dos torneios interclubes como o Rio-São Paulo, a Copa dos Campeões do Nordeste e a Copa Norte-Nordeste, além dos próprios estaduais, o Campeonato Brasileiro foi perdendo força”.

Mesmo com a tentativa de se criar disputas futebolísticas que envolvesse todo o território nacional, se pode perceber que ainda assim o futebol permanecia ilhado, na medida em que durante as primeiras fases do torneio de Seleções eram realizadas nos estados próximos, sem uma cobertura em rede nacional por algum meio de comunicação.

Pelos relatos do informante-chave Ronaldo Conde Aguiar,

“Não havia os campeonatos regionais¹⁸, na medida em que os clubes eram das capitais. O futebol era muito ilhado, com exceção do eixo Rio-São Paulo, mas o futebol era paulista, era carioca... não era nem do estado do Rio, era da cidade do Rio. Todos os times, com exceção do Canto do Rio, que era de Niterói. No meu tempo de criança a gente não tinha a menor ideia do que ocorria nos outros estados. Se ouvia falar apenas sobre contratações e notícias mais importantes. Houve por algum tempo um torneio de seleções. A seleção do Rio contra São Paulo, contra Bahia, contra Pernambuco. Esse regionalismo era um fato agravado porque não tinha televisão. A Televisão, só nos anos 60 é que começou a mostrar futebol com uma certa regularidade e a Rádio Nacional não transmitia esses jogos entre seleções dos estados”.

Já foi dito anteriormente, que apesar de sua popularidade atual, o futebol se caracterizava por ser um esporte praticado pela elite econômica, principalmente por estudantes ligados de alguma forma à Europa ou por funcionários das empresas européias no Brasil. O caráter inicialmente elitista do futebol no Brasil não é mera coincidência. De acordo com Aquino,

“a partir do final do século XIX começaram a chegar aqui manifestações de cientistas e políticos europeus partidários de teses que defendiam os exercícios físicos como o melhor meio de desenvolver sua etnia. Dizia-se que tais práticas eram fundamentais para sociedades marcadas pela mestiçagem, como era o caso do

¹⁸ O que hoje conhecemos como campeonatos estaduais.

*Brasil. O mito da superioridade do homem branco tornava os europeus mais aptos do que os povos de forte miscigenação racial*¹⁹.”

Ainda no tema,

*“os defensores da higiene passaram então a fazer da luta em favor do desenvolvimento físico dos brasileiros uma de suas principais bandeiras. Tal cuidado estaria na base de uma educação saudável, pois ela geraria no indivíduo um robusto equilíbrio físico e mental. O alvo principal seria, nesse sentido, a juventude e a infância.”*²⁰

Cabe citar o convite para o jogo de futebol entre o Fluminense Futebol Clube e o Rio Foot-ball Club, retirado do livro de Aquino, a respeito do público alvo dos jogos:

*“Association-Football
Match to be played at the Paysandu ground on Sunday the 19th October
1902.” (p.31)*

A facilidade com que o futebol pode ser praticado, seja pela pouca quantidade de regras ou por ser praticável em vários terrenos, muito contribuiu para o acesso das classes de baixa renda ao esporte. Durante o governo de Rodrigues Alves (1902-1906), algumas ações políticas contribuíram para a consolidação do futebol no Brasil, mesmo que não propositalmente, como a política de modernização da cidade do Rio de Janeiro, que incluiu obras para melhoria do porto e a abertura de grandes avenidas, acarretando na retirada de famílias de baixa renda de determinadas áreas – ação conhecida como “Bota-Abaixo” –, e a imposição da vacina antivariólica que culminou com a Revolta da Vacina em 1904, no Rio de Janeiro. Nas palavras de Joel Rufino dos Santos:

“Quem venceu a rebelião de 1904? O futebol. Atribuindo o comando da rebelião aos capoeiristas, a polícia matou a capoeira, que reinava absoluta desde o século anterior – o Rio dividia-se em ‘malts’, com suas cores e

¹⁹ Aquino, 2002, p. 31.

²⁰ PEREIRA, Leonardo Afonso. Footballmania, uma história social do futebol no Rio do Janeiro, 1902-1938. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2000. p. 22.

insígnias, como mais tarde nos times de futebol e escolas de samba (capoeiristas como Coca-Negra, o Cá-te-espero, o Trinca-Espinhas, o Cabeleira, o Lindinho da Saúde foram os primeiros ídolos da cidade). O que restou para aquela gente? A bola, nos terrenos baldios que a remodelação da cidade oferecia. Diversas maltas se transformaram em time de futebol.”²¹

O jornal *Gazeta de Notícias*, em 26 de junho de 1905 publicou artigo intitulado “Teremos nós um novo esporte em moda?”, onde o escritor Paulo Barreto dizia:

“Não há dúvida. Há vinte anos a mocidade carioca não sentia a necessidade urgente de desenvolver músculos. Os meninos dedicavam-se ao ‘esporte’ de fazer versos maus. Eram todos poetas aos quinze anos e usavam lunetas de míopes. De um único exercício se cuidava então: a capoeiragem. Mas a arte de revirar rabos-de-arraia e pregar cabeçadas era exclusiva de uma classe inferior. Depois, a moda trouxe aos poucos o hábito de outras terras ... O futebol ... se preparava agora para absorver todas as atenções ... A mocidade ... fala só de matchs de futebol, de goals, de chutes, em uma algaravia técnica, de que resultam palavras inteiramente novas no nosso vocabulário ...”²²

A partir da instalação do regime republicano, e, sobretudo no início do século XX, pode-se considerar de forma mais efetiva a existência de um processo de construção ou de redefinição da identidade nacional. Esse processo se intensifica na década de 1930.

De todas as modalidades esportivas, o futebol chamou especial atenção pela sua rápida transição de esporte inicialmente destinado às elites, para as camadas sociais menos privilegiadas economicamente. Em 1930 o futebol se tornou uma atividade oficialmente remunerada, sendo que sua profissionalização esteve ligada diretamente à sua popularização. Ao se tornar legalmente uma profissão, o futebol passou a suscitar questões instigantes quanto à nova função que ele exerceu em meio à sociedade, em especial pelo poder público. Ao se profissionalizar, o futebol não havia mais como ser ignorado como elemento que fazia parte dos hábitos e das práticas cotidianas do país, especialmente a população ambientada nos grandes centros urbanos.

²¹ SANTOS, Joel Rufino. *História política do futebol brasileiro*. São Paulo. Brasiliense, 1981. p. 25 e 26.

²² AQUINO, 2002. p. 33.

Em um universo social e político amplamente marcado pela discriminação em relação aos negros e aos mais pobres, o futebol surge para os mais humildes como uma forma de acesso aos diferentes espaços sociais e a rendimentos financeiros que dificilmente conseguiriam em outras áreas de atuação. Sabendo que o futebol surgiu no Brasil como esporte de elite, a possibilidade de ascensão social fez com que ele se identificasse rapidamente com as massas. Com a participação de negros no futebol brasileiro dentro dos clubes e na seleção nacional, a aproximação do futebol com as camadas populares se concretizou rapidamente, e, sabendo que a cor da pele, no Brasil, está ligada a condições sócio-econômicas, os negros visualizavam no futebol um elemento que os pudessem colocar em alguma forma de igualdade, mesmo que simbólica e momentaneamente. De um esporte inicialmente destinado às elites, o futebol passou a fazer parte dos hábitos do cotidiano também dos mais humildes.

Os esportes em geral, e aqui, especificamente o futebol, podem ser vistos como reflexos da sociedade em que determinados indivíduos estão inseridos. No Brasil, onde a renda e a cor da pele historicamente ajudam a definir a forma como determinado indivíduo deverá ser tratado perante a sociedade, os grupos expropriados de uma vida digna encontram no jogo uma “sociedade” sem injustiças (ou com muito menos). Antes de seguir com a temática da justiça encontrada no esporte, seria interessante nos situarmos com relação ao termo “jogo”, empregado acima. Roberto Da Matta difere a conceitualização dos esportes entre os sistemas britânicos e norte-americanos, em contraponto com a sociedade brasileira. Para ele, enquanto “no ‘mundo-anglo’, futebol, tênis, beisebol, golfe etc. são esportes, para os brasileiros a palavra futebol nunca aparece isolada, mas sempre precedida do qualificativo ‘jogo’²³. Ele ressalta que “jogo de azar” no Brasil também é indicada pela expressão “jogo”, ao contrário dos EUA e

²³ DAMATTA, Roberto. *Esportes na sociedade: Futebol como Drama Social*. Rio de Janeiro: Pina Kothecke, 1982, p 64.

Inglaterra, que utilizam para tal tradução a palavra “gamble”, e não “game” (tradução de “jogo” em português). O Dicionário Oxford define esporte como “uma diversão com caráter de uma disputa, praticada de acordo com regras e decidida por habilidade superior, força ou boa sorte”. DaMatta fica com a impressão, da qual não discordo, que, no que diz respeito às competições esportivas, nos EUA e na Inglaterra o fator sorte é secundário em relação a fatores como competição, força e técnica, onde indivíduos se coordenam para formar um time que representa, “uma vigorosa forma do coletivo”²⁴. O autor ressalta que no Brasil os fatores sorte e destino são muitas vezes colocados acima da técnica, tática e determinação, o que nos remete à idéia dos jogos de azar ou a uma loteria.

Voltando à temática do início do parágrafo anterior, percebe-se que as regras de determinados esportes, iguais para todos os praticantes, colocam brancos e negros, ricos e pobres, nas mesmas condições durante um jogo, se transformando em terreno atrativo para indivíduos de baixa renda, que não tem possibilidade de melhoria de vida pelo acesso às vias pelas quais as classes com renda superior dominam, como frequentar instituições educacionais de qualidade nos mais variados níveis. A ausência de privilégios para determinados grupos, dentro do campo de jogo, atrai, mesmo que inconscientemente, os grupos menos favorecidos. Continuando com DaMatta,

“no futebol, e em atividades recreativas populares em geral, as classificações são feitas de acordo com a performance, ou seja, são feitas sob a base individual. Consequentemente, ninguém pode ser proclamado uma estrela de futebol por causa de sua família ou do protetor, pois ele deve provar suas qualidades em demonstrações públicas. Este é um teste bem raro na sociedade brasileira onde uma hierarquia estabelece tudo e onde quem é bom já nasce feito. Neste meio altamente hierárquico, o espaço criado pelo futebol (e outros eventos recreativos como o carnaval e certas formas de religião popular) oferece a possibilidade de existência da expressão individualizada e livre através da qual alguém pode mostrar-se como ele é, com todas as suas habilidades e fraquezas, sem por em perigo sua rede de relações pessoais. O que se verifica, é que a chance de vencer através do mérito e da

²⁴ DAMATTA, p. 65

performance somente ocorre em setores como o futebol, o samba, o carnaval, religiões populares e artes em geral”.²⁵

Trazendo para a realidade brasileira o que os pensadores Elias e Dunning (1992) escreveram sobre a Inglaterra, a pressão exercida sobre as pessoas nas sociedades urbanas industriais se transfere para o esporte, onde torcedores e dirigentes exigem cada vez mais desempenho dos jogadores, árbitros e equipes. “Exigências essas semelhantes ao do trabalhador da indústria, similitude que demonstra a íntima relação entre o aumento do significado social e do desenvolvimento do futebol também como uma mercadoria e as novas formas de desenvolvimento do capitalismo. O futebol torna-se mais um produto de consumo e uma nova forma de acumulação de capital, tendo um papel primordial no setor de serviços e na indústria do turismo”²⁶. Para Dunning, “com a crescente seriedade verificada no âmbito futebolístico, há grandes riscos de destruição do elemento lúdico do jogo, a partir da pressão social exercida, em todos os países, sobre atletas, quando estes lutam pelo êxito em competições nacionais e internacionais” (1992). Essa pressão a qual os autores se referem, é perceptível no Brasil e não surge instantaneamente no futebol, ou seja, a profissionalização ocorrida na década de 1930 inicia também o processo de tornar o futebol uma mercadoria.

As referências aqui feitas sobre futebol, não necessariamente dizem respeito ao futebol profissional, seja aquele dotado de *glamour* ou não, mas à prática esportiva que milhões de brasileiros e cidadãos espalhados pelo mundo a fazem. Porém, obviamente, no parágrafo anterior, o futebol profissional era o foco. Sobre o profissionalismo relacionado ao futebol, segundo o Artigo 28 do Código Trabalhista, “atleta profissional é o atleta, de qualquer modalidade desportiva, cuja atividade é caracterizada por remuneração pactuada em contrato formal de trabalho firmado com entidade de prática

²⁵ DAMATTA, p72-73

²⁶ REIS, Heloisa Helena. *Futebol e Sociedade*. Brasília: Líber Livros. 2006. p. 28

desportiva, pessoa jurídica de direito privado”. Seguindo o Artigo 28 da 1ª Lei nº 9.615, “aplicam-se ao atleta profissional as normas gerais da legislação trabalhista e da seguridade social, ressalvadas as peculiaridades expressas na Lei ou integrantes do respectivo do contrato de trabalho”. Como está nos escritos da lei, o jogador de futebol é considerado profissional a partir do momento em que passa a receber dinheiro para jogar, ou seja, um determinado jogador que ganha um salário mínimo por mês em um time da segunda divisão do Campeonato Mineiro é tão profissional quanto um jogador que joga em um time de alto nível, como por exemplo, o Barcelona da Espanha. Quando falamos que o futebol é visto por vários indivíduos como forma de ascensão social, não estamos nos referindo ao lado obscuro e de privações materiais, que pouco alteraria suas possibilidades de compra, mas sim, o lado que vem acompanhado pela badalação vista por todos diariamente através dos meios de comunicação, com jogadores multimilionários desfilando em carros de luxo e gozando de outras coisas que os altos salários proporcionam.

O futebol no Brasil vai muito além de uma simples atividade esportiva capaz de enriquecer cidadãos desprovidos de renda, ele está presente na vida dos indivíduos desde seu nascimento. Ao mesmo tempo em que meninas aprendem a brincar com bonecas e a se maquiar, milhões de meninos brasileiros recebem como presentes em suas infâncias, além de carrinhos, bolas de futebol e camisas dos clubes para os quais pessoas próximas torcem e insistem em que o pequeno indivíduo também o faça. Como analisou Vogel, “o futebol no Brasil é um veículo básico para socialização e um complexo sistema para comunicação de valores essenciais em uma sociedade altamente fragmentada” (1982), além de “um campo em que segmentos dominantes da sociedade podem buscar e se assegurar da continuidade ideológica básica”. Pelas palavras de Vogel e pelo exemplo dos presentes dados aos garotos, percebe-se que a influência do futebol na vida do

brasileiro está muito bem sedimentada, explicitando o lado tradicional da influência prática desse esporte em nossa sociedade. Torcer por um clube de futebol no Brasil e em outros países adquiriu um caráter de hereditariedade, poucas vezes suplantados pela influência externa à família.

Como pode ser percebido neste trabalho, o futebol sofre uma transição de esporte de elite para cultura popular em um período histórico relativamente pequeno. Sabe-se que cultura popular é compreendida a partir de significados diversos, deste modo, menciona-se dois tipos para exemplificar e evitar maior amplitude de interpretações. O primeiro é no sentido tradicional, onde cultura popular é entendida como criação dos setores populares ou subalternos. O segundo estaria ligado à contemporaneidade, onde entende-se cultura popular como cultura de massa, que desenvolvida nas sociedades urbanas /industriais, atinge diversos estratos sociais.

Para Peter Burke, o conceito pode apresentar significados diferenciados, de acordo com o período e a sociedade em que ele é utilizado. Segundo ele,

“(…)Quanto à cultura popular, talvez seja melhor de início defini-la negativamente como uma cultura não oficial, a cultura da não elite, das classes subalternas. No caso dos inícios da Europa moderna, a não elite era todo um conjunto de grupos sociais mais ou menos definidos, entre os quais destacavam-se os artesãos e os camponeses para sintetizar o conjunto da não elite(…) O interesse cada vez maior em cultura popular é compartilhado por sociólogos, folcloristas, estudantes de literatura, historiadores e antropólogos sociais(…) Uma questão levantada frequentemente é que o termo cultura popular dá uma falsa impressão de homogeneidade e que seria melhor usá-la no plural.”²⁷

Dentro da perspectiva acerca do conceito de cultura popular, no caso brasileiro, o futebol se enquadra no âmbito da cultura de massa, já que foi absorvido por diversos estratos sociais. Ilustrando com trecho de Magnane, escrito no final da década de 1960:

²⁷ BURKE, Peter. *A cultura popular na idade moderna*. São Paulo: Cia das letras, 1981. P. 19-21.

*“Seria absurdo associar as palavras esporte e cultura se nos ativéssemos, para o segundo termo, de um lado as acepções vulgares: as ‘humanidades’, os conhecimentos sancionados por títulos ou diplomas universitários; de outro, a critérios éticos ou estéticos elaborados. (...) É enquanto fato social de massa que o esporte nos parece capaz de exercer uma influência cultural de alguma importância. Convém portanto avaliar a popularidade do esporte, procurar as suas causas e caracterizar suas principais manifestações.”*²⁸

Apesar de hoje estar arraigado tanto no campo como nas cidades, o futebol surge como um elemento da cultura popular urbana, “intimamente associada ao processo de remodelação dos grandes centros urbanos, em especial Rio de Janeiro e São Paulo”²⁹. O historiador inglês Eric Hobsbawm, em seu trabalho “Mundos do trabalho”, referindo-se à classe operária inglesa da década de 1870, adverte que “o jogo (futebol) tinha o domínio quase completo dos atletas de origem proletária (...). O futebol já possuía uma vida subterrânea como esporte para o espectador proletário da década de 1870”³⁰. Anteriormente já foi citado como o futebol chega ao Brasil, e percebe-se claramente a essência operária na origem do esporte por aqui. Ecléa Bosi, referindo-se ao caso de Salvador – BA, nos ajuda a confirmar no Brasil, o que Hobsbawm disse sobre a Inglaterra:

*“Quando refletimos sobre dados aparentes da cultura das classes trabalhadoras, impõem-se algumas perguntas gerais como: - Dizer cultura do operário equivale a dizer cultura popular? Tomemos um exemplo brasileiro: A pesquisa sobre o operário em Salvador, Bahia; Ai encontraremos vários modos de ocupar o tempo livre: rádio, futebol, pesca, capoeira, tocar instrumentos, cinema, andar de bicicleta... Verifica-se o convívio de cultura de massa com a cultura tradicional popular (...) Traços de lazer tradicional vinculado ao parentesco, à solidariedade grupal, coexistem com modos de diversão urbana como circo, feira, jogos.”*³¹

A transição ocorrida na sociedade brasileira, de agrária e rural para urbana e industrializada, traz consigo uma série de transformações nas práticas culturais. Segundo

²⁸ MAGNANE, Georges. *Sociologia do Esporte*. São Paulo: Perspectiva, 1969. P. 75.

²⁹ SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu estático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia das Letras, 1992. P.46.

³⁰ HOBBSAWN, Eric. *Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história do operariado*. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1987. p. 262.

³¹ BOSI, Ecléa. *Cultura de massa e cultura popular: Leituras operárias*. Petrópolis: Vozes, 1972. p. 162.

Silva, “a cultura rural passa a ser entendida como tradicional, especialmente a partir da segunda metade do século XIX (nas sociedades ditas urbana e industrial)” (2000, p.18). Neste sentido, “os centros urbanos em emergência, propiciam o surgimento de formas e espaços próprios para manifestações culturais, culminando com o despertar de uma nova cultura popular urbana.” (idem). O futebol passa a funcionar como uma das principais fontes de lazer para determinados grupos nessas sociedades urbanas e industriais citadas. Entendamos lazer como “um conjunto de ocupações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.”³²

Já foi dito que o futebol chega ao Brasil na última década do século XIX como um esporte de elite, porém, o caráter elitista se restringiu aos clubes filiados a alguma liga e que disputavam torneios oficiais, pois o jogo passa a ser praticado em locais como ruas e terrenos baldios, extra oficialmente. Alguns clubes iniciaram o processo de abertura, permitindo que jogadores negros ou pobres participassem de suas equipes, o que não se deu sem forte oposição dos tradicionalistas.

Em 1914, o Sport Club Corinthians Paulista tentou inserir um jogador negro em seus quadros, mas foi impedido pela antiga Confederação Brasileira de Sports. A imprensa e alguns pensadores brasileiros – como o escritor Lima Barreto, que apesar de opositor ferrenho da modalidade, criticou o veto de Artur Bernardes, presidente do Brasil de 1922 a 1926, aos jogadores negros que defenderiam a seleção brasileira na Argentina em 01 de outubro de 1921 (Sussekind, 1996) – passaram a defender a inserção dos negros no futebol, tanto amador quanto profissional.

³² DUMAZEDIER, Joffre. *Lazer e cultura popular*. São Paulo: Perspectiva, 1973. p. 34.

O Clube de Regatas Vasco da Gama foi o primeiro clube considerado grande do Brasil a aceitar negros em seu elenco, se sagrando campeão carioca de 1923, o que foi considerado um ultraje pelos clubes elitizados como Flamengo, Fluminense, Botafogo e América. A vitória no campeonato fez com que os times revoltosos fundassem a Associação Metropolitana de Esportes Amadores, a Amea, para substituir a Liga Metropolitana de Desportos Terrestres (LMDT). Na Amea, Os quatro grandes fundadores passaram a ter privilégios como voto plural, diferentemente de São Cristóvão e Bangu, que aceitaram o convite da instituição mesmo com restrições aos seus jogadores negros e analfabetos. Extrapolando a discriminação racial e abrangendo também a dimensão sócio-cultural, além dos analfabetos, jogadores que exerciam atividades remuneradas consideradas indignas eram proibidos de participar dos clubes ligados à Amea, que investigava a vida dos atletas. Ao ser exigida assinatura dos jogadores nas súmulas, os indivíduos analfabetos passaram a ter aulas de caligrafia, para ao menos escreverem o próprio nome, porém, segundo Mário Filho (1947, p. 158), os jogadores tinham de saber ler e escrever corretamente “na frente de alguém como o presidente da liga”.

Convidado para a Amea, o Vasco se recusa a participar e continua filiado à LMDT, juntamente com clubes como Engenho de dentro, Bonsucesso, Andaraí e Mangueira. A carta de negação ao convite feito pela Amea ao Vasco, enviada ao presidente da entidade Arnaldo Guinle, está descrita a seguir, nas palavras de seu presidente José Augusto Prestes:

“As resoluções divulgadas hoje pela imprensa, tomadas em reunião de ontem pelos altos poderes da Associação à que V.Exa. tão dignamente preside, colocam o Clube de Regatas Vasco da Gama em tal situação de inferioridade que absolutamente não pode ser justificada nem pela deficiência do nosso campo, nem pela simplicidade da nossa sede, nem pela condição modesta de grande número dos nossos associados. Os privilégios concedidos aos cinco clubes fundadores da Amea, a forma como será exercido o direito de discussão e voto e as futuras classificações obriga-nos a lavrar o nosso protesto contra as citadas resoluções. Quanto à

condição de eliminarmos doze jogadores das nossas equipes, resolve por unanimidade a diretoria do Clube de Regatas Vasco da Gama não a dever aceitar, por não se conformar com o processo por que foi feita a investigação das posições sociais desses nossos consócios, investigações levadas a um tribunal onde não tiveram nem defesa. Estamos certos de que V.Exa. será o primeiro a reconhecer que seria um ato pouco digno da nossa parte sacrificar ao desejo de filiar-se a Amea alguns dos que lutaram para que tivéssemos entre outras vitórias, a do Campeonato de Futebol da Cidade do Rio de Janeiro de 1923. São esses doze jogadores jovens, quase todos brasileiros no começo de sua carreira, e o ato público que os pode macular nunca será praticado com a solidariedade dos que dirigem a casa que os acolheu nem sob o pavilhão que eles com tanta galhardia cobriram de glórias. Nestes termos, sentimos ter de comunicar a Vossa Excelência que desistimos de fazer parte da Amea.”

Em 1924, ano da separação, o Fluminense foi o campeão da Amea e o Vasco, da LMDT.

O que havia nesse caso, para o professor Antônio Jorge Soares, era racismo, e não segregação, já que os negros não eram sequer aceitos. Para Ronaldo Helal, em *A invenção do país do futebol (2001)*, livro que escreveu com o próprio Soares, até os anos 1930 havia no país uma forma de pensar muito vinculada à questão racial e a mistura entre raças não era bem vista não somente na questão do esporte, mas como nos campos sociais e econômicos. Oliveira Vianna e Rui Barbosa previam fracasso ao Brasil caso se prorrogasse a mistura, ao passo que, com Gilberto Freyre, a partir da década de 1930, devido à obra *Casa Grande e Senzala (1933)*, a mistura passa a ser bem vista.

Toda essa discussão sobre questões raciais, as brigas entre clubes no Rio de Janeiro e a popularização do esporte, que deixava de ser exclusivamente da elite econômica, se deu em um âmbito onde inexistia oficialmente o futebol profissional. Alguns jogadores recebiam determinadas quantias em dinheiro por partida disputada, além de um pagamento adicional por vitórias, o chamado “bicho”, que foi uma forma encontrada por alguns clubes para atrair jogadores pobres, já que se tratava inicialmente de premiação feita com animais de corte (Rosenfeld, 1993).

Em 1933 alguns clubes do Rio de Janeiro e de São Paulo adotaram o futebol profissional como atividade, criando a Federação Brasileira de Futebol (FBF), entidade

que contava com outras filiadas pelo país e que tentava regulamentar o esporte. A FBF tinha a oposição da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), que se garantia como entidade máxima no Brasil devido à força política de seus dirigentes e à sua filiação à FIFA desde 1923 (França, 1999). O conflito entre a FBF e a CBD se encerra em 1937, com a unificação das entidades e com o reconhecimento em definitivo do futebol como esporte profissional. Segundo o historiador Elizar João da Silva, “a profissionalização do futebol representou para dirigentes dos clubes, e principalmente para os atletas, uma nova perspectiva de vida que o esporte anunciava proporcionar” (2000, p.238). Enquanto o país discutia a profissionalização do futebol, alguns jogadores brasileiros já haviam se profissionalizado fora do país, como Leônidas da Silva e Domingos da Guia (1932, Nacional e Peñarol, ambos do Uruguai), Fausto e Jaguaré (1931, Barcelona), dentre outros que já haviam deixado o país no final da década de 1920.

De acordo com Silva (2000), “ao se tornar um esporte que passou a ser legalmente uma profissão, o futebol adquiriu novos contornos, suscitando questões instigantes quanto às novas funções que ele exerceu em meio à sociedade, e, em especial pelo poder público nas décadas de 1930, 1940 e 1950” (p. 13). Ainda com o autor, “até a década de 1930, o futebol não foi objeto de maior atenção por parte do governo federal, tal como aconteceu nas décadas subseqüentes. A sua popularização e conseqüente profissionalização em momento posterior, estão ligadas à sua absorção por diferentes camadas sociais. À medida que ele se tornou um fenômeno popular de massa, não havia mais como ignorar sua influência como elemento que fazia parte dos hábitos e das práticas cotidianas do país, em especial a população ambientada nos grandes centros urbanos” (p. 13).

De acordo com Nelson Werneck Sodré,

“Traço essencial da etapa histórica iniciada no Brasil com a Revolução de 1930 é o da aceleração no desenvolvimento das relações capitalistas e, conseqüentemente, no crescimento quantitativo e qualitativo da burguesia e do proletariado. Só no campo tais relações desenvolveram-se muito desigualmente e com lentidão, pelo menos nas décadas de 30 e 50. A disparidade entre áreas urbanas e áreas rurais cresce; a desigualdade de desenvolvimento entre regiões do país reflete, em parte, tal disparidade; o desenvolvimento de umas se opera em prejuízo de outras, que transferem às mais desenvolvidas a força de trabalho que as suas velhas estruturas marginalizam, enquanto se colocam como dependentes e consumidoras, semelhando colônias” (2003, p.75).

Dessa maneira, as hoje metrópoles São Paulo e Rio de Janeiro não exerciam no início do século XX ou mesmo papel de hoje, o que passa a ocorrer no período citado por Sodré, como “resultado dos esforços da política de integração do território nacional e do advento de novas formas de comunicação (como a radiodifusão) e da expansão da malha viária” (Mascarenhas, 2003).

Já se percebia a capacidade dos meios de comunicação na influência de grandes públicos desde a invenção da imprensa escrita, porém o aparecimento e a popularização do rádio trouxeram proporções nunca antes vista dessa influência.

O Rádio

O rádio chega ao Brasil no início da década de 1920, tendo com a primeira transmissão oficial um discurso do então presidente Epitácio Pessoa, no Rio de Janeiro, em comemoração ao centenário da Independência do Brasil, no dia 7 de setembro de 1922 (Soares, p.19). Dados apontam para a direção de que seu surgimento como meio de comunicação se deu por meio da adaptação de transmissores – por parte da empresa Westinghouse, fabricante dos aparelhos para as tropas estadunidenses – que haviam sobrado da Primeira Guerra Mundial. Inicialmente os aparelhos foram colocados no pátio da própria fábrica para tocar músicas para os funcionários, passando rapidamente a ocupar postes em vias públicas, abrindo espaço em pouco tempo para comercialização de aparelhos para a população.

Assim como o futebol, o rádio nasceu da elite, ao contrário do que se percebe hoje. “A preocupação com grandes óperas transmitidas via rádio, a preocupação com palavras e orações rebuscadas, tudo isso marcou os primórdios do veículo no Brasil”³³. Os aparelhos vinham importados da Europa, já que aqui ainda não se fabricava, e chegavam como artigos de luxo, ocupando lugar de destaque nas salas das famílias que podiam adquirir um exemplar.

Em 1921, existiam 4 emissoras de rádio nos Estados Unidos. Já no final do ano seguinte, aquele país já contava com 382 estações de rádio. Esse crescimento assombroso desse meio de comunicação fez surgir o período que ficou conhecido como “Era do Rádio”. Para se manterem, as emissoras passaram a vender espaços publicitários. Como ilustração, o pioneirismo no rádio comercial pertence à WEAFF de Nova Iorque, de propriedade da Telephone and Telegraph Company, que cobrava dois

³³ NOBRE, Daniel Praciano. *A influência do populismo no rádio durante o Estado Novo*. 2003.

dólares por 12 segundos de comercial e cem dólares por 10 minutos de divulgação (Soares, p.20).

O rádio se expandiu rapidamente e logo se tornou um meio de comunicação de massa. Diferentemente da imprensa escrita, com o rádio não há a necessidade de o ouvinte passar por algum tipo de processo de alfabetização, a informação chega diretamente a todas as classes sociais.

A chegada do rádio ao Brasil aconteceu com a criação da Sociedade Rádio do Rio de Janeiro em 20 de abril de 1923. Roquette Pinto fundou a emissora que, com prefixo PRA-2, começa as transmissões no dia primeiro de maio do mesmo ano. Nascia com ela o conceito de “rádio sociedade” ou “rádio clube”, onde os ouvintes se associavam e contribuía com mensalidades para a manutenção da emissora. A partir daí, começavam a surgir outras rádios em diferentes regiões do país. Ainda em 1923, no Rio de Janeiro era criada a Rádio Clube do Brasil (PRA-3); no Recife, a PRA-8, Rádio Clube de Pernambuco. Em 13 de setembro 1931, essa rádio pernambucana transmitiu a primeira partida de futebol ao vivo para as regiões Norte e Nordeste.³⁴

A Rádio Sociedade, fundada nos salões da Academia Brasileira de Ciências, com seus transmissores instalados no Anfiteatro de Física da Escola Politécnica, no Largo São Francisco, no Rio de Janeiro, em 1936, por não conseguir mais se manter com verbas de colaboradores, teve seu prefixo (PRA – 2), sua concessão e seus bens entregues ao governo por seus próprios fundadores (Saroldi, p. 20), dando origem à Rádio Ministério da Educação e Saúde, atualmente Rádio MEC. No Rio, ainda seriam fundadas, em sequência: a Rádio Club do Brasil (1924), a Rádio Educadora (1926) e a Mayrink Veiga, que por muito tempo foi líder de audiência na cidade, sendo fechada em 1965 pelo regime militar.

³⁴ SOARES, Bento. *Vendo o jogo pelo rádio. João Pessoa*. Ideia, 2006. p. 21.

Em São Paulo surgiu no ano de 1927 a Rádio Cruzeiro do Sul, a primeira das organizações Byington, que depois abriria filiais em outras cidades do país. Importante salientar que o Campeonato Mundial de Futebol de 1938 foi coberto por essa organização, por meio da Rede Verde-Amarela, construída em torno das transmissões esportivas³⁵.

A partir da década de 1930 o fenômeno da radiodifusão assumiu proporções gigantescas e foi mais seriamente encarado. Sodré, citando Lazarsfeld, determina três acontecimentos que contribuíram para isso:

“A incorporação do cinema e, especialmente, do rádio aos meios gráficos até então existentes, a grande expansão da propaganda comercial e o aparente bom êxito dos regimes totalitários no emprego das comunicações coletivas para realizar dramáticas transformações na atitude de população inteiras. Em todos os três casos, considerava-se que o poder dos meios de comunicação residia precisamente no seu caráter coletivo – na capacidade de um editor, de seu gabinete, ou de um locutor, numa só estação de rádio, atingir simultaneamente milhares de ouvintes influenciar-lhes as atitudes.”³⁶

O modelo econômico que predomina no Brasil e nos países ocidentais, teve extrema influência sobre o desenvolvimento do rádio, já que a publicidade comercial encontrou nesse meio de comunicação uma forma fácil de atingir consumidores pelo país. Em pouco tempo o rádio supera a imprensa como veículo publicitário. Os dois grandes pólos estruturantes da ascensão do rádio foram, segundo Sodré, o futebol e a música popular. Citando-o:

“Desde que colocado em associação e a serviço dessas duas extraordinárias forças, o rádio cresceu e se expandiu depressa, cobrindo todo o território nacional e tornando-se instrumento especial para a universalização do gosto, dos costumes e até das paixões” (2003, p.108).

Continuando com Sodré:

³⁵ Idem. p.22.

³⁶ LAZARSELD, Paul. *Panorama da comunicação coletiva*. Rio de Janeiro, 1969.

“Futebol e música colocados pelo rádio junto às multidões e por elas consagrados constituíram, desde logo, além de tudo, na divisão do trabalho cada vez mais ampla e complexa que o capitalismo em desenvolvimento alimentava, no Brasil, espetáculos que permitiram notoriedade e enriquecimento a elementos oriundos de camadas populares, muitos deles provindo mesmo do proletariado”.
(p.111)

A distribuição das rádios no Brasil se dava por concessões estatais, o que trouxe inicialmente uma visão positiva por parte de alguns indivíduos ligados a ele, já que poderia ser utilizado em benefício da população. Roquette-Pinto, nas palavras de Sodré, “sonhou em fazer do rádio o instrumento providencial de cultura que, com sua penetração, permitiria, a curto prazo, reduzir o analfabetismo aqui”. O que consta é que o rádio passa a ser explorado pela iniciativa privada como meio de propagação mercadológica e suas concessões feitas sobre critérios comerciais, reduzindo a participação cultural do rádio perante a sociedade brasileira. Para Sodré, predominou uma influência cultural negativa do rádio, apesar de ele reconhecer alguns lados positivos, como a uniformização do idioma falado no Brasil. O rádio, pra o autor citado, não é um gênero de arte, mas sim um “instrumento técnico que ajuda, permite ou multiplica a influência das artes”, obviamente, sonoras. É bom deixar claro que os malefícios trazidos à tona por Sodré não dizem respeito ao rádio como instrumento de propagação de sons, mas sim da forma como é utilizado pelas diferentes pessoas, com as mais diversas intenções.

Na década de 1930, a propaganda no rádio passou a ser regulamentada, permitindo assim a auto-sustentação das empresas, que anteriormente dependiam de doações de seus associados. A publicidade foi permitida por meio do Decreto n.º 21.111, de 1º de março de 1932, que regulamentou o Decreto n.º 20.047, de maio de 1931, primeiro diploma legal sobre a radiodifusão, surgido nove anos após a implantação do rádio no país. O governo mostra, a partir da década de 30, se preocupar seriamente com

o novo meio, que definia como “serviço de interesse nacional e de finalidade educativa”, regulamentando o seu funcionamento e passando a imaginar maneiras de proporcionar-lhe bases econômicas mais sólidas, concretizadas pelo Decreto n.º 21.111, que autorizava a veiculação de propaganda pelo rádio, tendo limitado sua manifestação, inicialmente, a 10% da programação, posteriormente elevada para 20% e, atualmente (em 1985, quando o livro foi concluído) fixada em 25% (Nobre, 2003).

A partir daí, as emissoras de rádio, já independentes do antigo modelo de financiamento particular, passam a alterar a programação para atingir as massas. Para isso, foi necessária a substituição de programas eruditos e com linguagem formal por programas que atingissem a parcela da população com menos renda. Quando digo isso, não quero generalizar, mas sim, sinalizar para uma quebra de paradigma, onde o erudito e o culto passam a ser colocados de lado em detrimento ao popular, à diversão e ao entretenimento. O crescimento do rádio no Brasil durante a década de 30, que ficou conhecida como a “Era de ouro do rádio”, não se deu por acaso. É sabido que esse período foi marcado pela crescente industrialização do país, e conseqüente chegada de novos produtos ao mercado interno. Tais empresas e produtos tinham a necessidade de abarcarem o maior número possível de consumidores, possibilitando o aparecimento de grandes grupos de rádio, com aparelhos tão potentes que, transmitidos do Rio de Janeiro ou de São Paulo, seus sinais eram recebidos em todo o país. Dentre esses grupos estavam a Farroupilha do Rio Grande do Sul, a Tupi de São Paulo e a Nacional, do Rio de Janeiro. Em 1935 foi inaugurada a estação de rádio mais potente da América Latina, a Rádio Farroupilha, de Porto Alegre. A marca de ‘rádio mais potente do continente’ foi rapidamente ultrapassada por Assis Chateaubriand quando, em 1937, lançou a Rádio Tupi de São Paulo, chamada de a “Mais Poderosa”, com um transmissor de 26 quilowatts que alcançava todo o país, e até o exterior, através de ondas curtas.

Os empresários perceberam que o rádio era muito mais eficiente do que os outros meios como o impresso, principalmente devido ao grande número de analfabetos que vivia no Brasil. O rádio passou por um processo de ampliação para que pudesse absorver as suas novas missões: popularizar a programação e fazer programas atraentes para o público. Isso seria importante para manter a audiência o que manteria os patrocinadores fiéis ao rádio e, ao responder as necessidades coletivas, como meio recreativo e informativo, estaria mais próximo do propósito que a maioria dos seus administradores objetivava: “ser o rádio um veículo manipulador da opinião. Isso se explica pela capacidade de atingir um número tão grande de pessoas, já que estas não necessitavam saber ler ou escrever” (Nobre, 2003).

Sobre a comparação entre rádio e televisão:

“O impacto do rádio sobre a sociedade brasileira a partir de meados da década de 30 foi muito mais profundo do que aquele que a televisão viria a produzir trinta anos depois. De certa forma, o jornalismo impresso, ainda erudito, tinha apenas relativa eficácia (a grande maioria da população nacional era analfabeta). O rádio comercial e a popularização do veículo implicaram a criação de um elo entre o indivíduo e a coletividade, mostrando-se capaz não apenas de vender produtos e ditar 'modas', como também de mobilizar massas, levando-as a uma participação ativa na vida nacional. Os progressos da industrialização ampliavam o mercado consumidor, criando as condições para a padronização de gostos, crenças e valores. As classes médias urbanas (principal público ouvinte do rádio) passariam a se considerar parte integrante do universo simbólico representado pela nação. Pelo rádio, o indivíduo encontra a nação, de forma idílica: não a nação ela própria, mas a imagem que dela se está formando.”³⁷

Criando ídolos já na década de 1930, como Leônidas da Silva e Domingos da Guia, o rádio ajuda a transformar o futebol no objetivo maior de muitos jovens brasileiros na busca de melhores condições de vida. Certamente o papel da televisão nesse quesito toma outras proporções, já que o visual importa tanto, ou mais, que o auditivo. Óbvio que aqui falo de possibilidades dos profissionais de marketing atingir

³⁷ ORTRIWANO, Gisela Swetlana. *A informação no rádio, os grupos de poder e a determinação dos conteúdos*. Summus Editoria, 1985.p. 19.

seu público alvo, já que não há mais a necessidade de se criar situações imaginárias, como o rádio bem fazia e ainda faz, pois as imagens chegam concretamente aos olhos dos telespectadores. Não há a necessidade de se descrever determinado carro, a imagem faz esse papel com perfeição. E foi justamente a televisão que começa a retirar poder do rádio a partir da década de 1950.

A Política

Os anos de surgimento e ascensão do rádio no Brasil foram marcados por uma série de fatores políticos, tanto internos quanto externos. A partir da década de 1920, os Estados Unidos se consolidaram como potência mundial, passando a exercer maior influência sobre o Brasil do que os países europeus, como a Inglaterra e França. O modernismo que chega por aqui, marcado pela Semana da Arte Moderna, em 1922, não se restringiu apenas ao campo artístico. Do ponto de vista material,

“situa-se na confluência do auge e crise da economia primário-exportadora, com a definitiva consolidação da economia urbana e industrial predominantemente voltada para o mercado interno. Suas crises políticas e militares renunciaram a derrocada do regime oligárquico na Revolução de 1930, assim como o advento do Estado burguês e do populismo, denotando a intensidade das mudanças de uma sociedade de classes em formação.”³⁸

A industrialização crescente fez surgir no Brasil os movimentos sociais de cunho anarquistas ou comunistas, principalmente ligados aos operários do setor. O governo de Arthur Bernardes foi marcado pela permanente crise política, gerada em parte pela crise econômica e pelos conflitos políticos e revoltas armadas que se intensificaram nesse período. A situação era de tal gravidade que o presidente declara “estado de sítio”, e com os poderes excepcionais conferidos a ele pelo ato, passa a tentar neutralizar seus opositores políticos. Por meio de leis repressivas que restringiram a liberdade de imprensa e os direitos individuais, o presidente pôs em prática uma “política de desmonte das máquinas administrativas dos governos estaduais que eram considerados adversários políticos de seu governo”³⁹, descontentando parte das elites

³⁸ LORENZO, Helena Carvalho de e COSTA, Wilma Peres da. A Década de 1920 e as origens do Brasil. São Paulo. Unesp. 2000.

³⁹ GRACIAN, Renato. *Revista Pedagogia e comunicação*. 2005. p.3.

agrárias regionais menos influentes que se viram fora do pacto conhecido como “café com leite”⁴⁰, que passaram a fazer oposição ferrenha ao governo federal.

De acordo com Gracian (2005), objetivando obter o apoio dos militares, essas elites dissidentes vão explorar o descontentamento de setores do Exército com o regime republicano oligárquico em vigor. Progressivamente, vão se aproximar do movimento tenentista que mais uma vez eclodiria como uma insurreição armada. Vale salientar que as revoltas armadas não começaram no governo Artur Bernardes, pois em julho de 1922, no final do governo Epitácio Pessoa, ocorreu a primeira revolta tenentista, conhecida como Revolta do Forte de Copacabana, debelada sem muitos problemas pelas forças estatais. Em 1924, outra revolta, dessa vez em São Paulo, sob a liderança do major Miguel Costa, comandante da Força Pública do Estado de São Paulo. Dentre as revoltas militares, a mais contundente ficou conhecida como Coluna Prestes, que durou de abril de 1925 a fevereiro de 1927, onde o próprio Miguel Costa e o paulista Isidoro dias Lopes, se juntaram ao capitão Luís Carlos Prestes, e percorreram cerca de 25 mil quilômetros pelo Brasil, até a Bolívia, na tentativa de mobilizar parte da população contra as oligarquias dominantes e propagar outras idéias do movimento.

Após o fim do movimento, já no governo de Washington Luís, a economia sofre um grande golpe, marcado pela quebra da bolsa de Nova Iorque, colocando fim à política do “café com leite”. O presidente atual deveria indicar um sucessor mineiro, porém, contrariando as regras informais e empurrado pela necessidade dos exportadores de café, de maioria paulistas e muito atingidos pela crise internacional, indica o paulista Júlio Prestes, apoiado por outros 17 estados. Os estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul se unem na Aliança Liberal para concorrerem à eleição, na figura de Getúlio Vargas, derrotado pelo indicado paulista. Insatisfeitos com a derrota e alegando

⁴⁰ Já conhecida por todos, a política do café-com-leite foi um acordo firmado entre as oligarquias estaduais e o governo federal durante a República Velha para que os presidentes da República fossem escolhidos entre os políticos de São Paulo e Minas Gerais. Portanto, ora o presidente seria paulista, ora mineiro.

fraude, Getúlio lidera o que ficou conhecido com a Revolução de 1930, que, teve como estopim uma série de fatores políticos⁴¹.

Obviamente não se pode resumir o início do século XX ao que foi colocado acima sobre revoltas militares, crises econômicas e golpes de estado. Anterior a isso, o Brasil passava por transformações em sua estrutura agroexportadora, gerados por fatores endógenos e exógenos. Já a partir da segunda metade do século XIX o ritmo de urbanização no país se intensificara, juntamente com um maior desenvolvimento do setor secundário. As crise econômicas ocorridas a partir da Primeira Guerra Mundial, tornaram escassos internamente determinados produtos manufaturados, por serem esses produzidos em países diretamente ligados ao conflito, o gerou a necessidade de produção interna, conseqüentemente fortalecendo a indústria nacional. Começavam a emergir os primeiros componentes de uma burguesia industrial, expandia-se a classe média e surgiam os primeiros núcleos proletários ⁴². Para Ianni, gradativamente se fortaleciam aqueles segmentos que começariam a minar as bases da dominação oligárquica e a transformar a estrutura social predominantemente agrária em uma sociedade de padrões urbano-industriais ⁴³. Contribuindo para o processo de urbanização no Brasil estavam também outros fatores, como o “crescimento demográfico natural, o êxodo rural, a abolição da escravatura e a imigração européia” ⁴⁴.

Ligada diretamente ao processo de urbanização, estava a industrialização do país. Exportador de produtos primários, o Brasil supria suas necessidades basicamente por meio de importações. A exportação de café possibilitava o acúmulo de capital para

⁴¹ As acusações de fraude e a exclusão arbitrária de deputados mineiros e de toda a bancada da Paraíba da Aliança Liberal, o descontentamento popular devido à crise econômica causada pela grande depressão de 1929, o assassinato de João Pessoa e o rompimento da política do café com leite foram os principais fatores.

⁴² IANNI, Octávio. *Estado e planejamento econômico no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1971. p.17.

⁴³ IANNI, Octávio. *Política e Revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1963. pp. 13 a 15.

⁴⁴ GARCIA, Nelson. *O Estado Novo: Ideologia e Propaganda política*. São Paulo. Edições Loyola. 1982. p. 29.

reinvesti-lo na industrialização, além da crescente oferta de mão-de-obra gerada pelos mesmos fatores que ajudaram na urbanização, somados às crises no modelo capitalista. Para Garcia (1982), o crescimento industrial trouxe como consequência a definição de um novo seguimento na sociedade brasileira: a burguesia industrial. É essa burguesia industrial que, a partir da década de 1920, tomou consciência de seus objetivos, e com o aumento de sua capacidade organizacional e de seu prestígio na sociedade, passou a questionar sua posição secundária em relação à burguesia agrária ⁴⁵.

Não só a burguesia industrial se fortalece a partir dos anos 20, mas também as classes intermediárias, inclusive com atuação ativa na sociedade brasileira. Os movimentos tenentistas citados anteriormente foram levados a cabo por indivíduos não pertencentes à classe dominante. Apesar de medidas repressivas, o movimento operário também ganhou capacidade organizativa e consequente poder para reivindicar melhorias na qualidade de vida. Trazendo dados concretos retirados do livro de Garcia (1982, p.32), o número de operários em 1889 era de 54.164, passando para 159.600 já em 1910, para 275.512 em 1920 e, em 1930, já chegava a 450.000. Com esse aumento, é de se entender a maior capacidade reivindicatória do operariado no período mencionado. Os imigrantes que engrossavam esses números, traziam consigo toda a leva de experiências vividas em seus países de origem, incluindo as de cunho revolucionárias, contribuindo para a politização do operário brasileiro. Muitos desses imigrantes vinham munidos de teorias anarquistas e fundavam organizações classistas, divulgando suas ideias com panfletos, livros, jornais, peças teatrais e cursos (Garcia 1982). Percebe-se a força do movimento operário no Brasil durante a República Velha (1889-1930), pela preocupação governamental a partir dos anos 30 em atender determinadas reivindicações da classe, explicitando o ganho de relevância política e econômica do proletariado brasileiro.

⁴⁵ DINIZ, Eli. *Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945*. São Paulo. Paz e Terra. 1978, pp. 226 a 242.

Em suma,

“as transformações da sociedade brasileira, em síntese, configuravam-se como resultantes de fenômenos internos e externos. O crescimento das cidades e a diversificação econômica, acelerados pelos efeitos das crises internacionais, determinavam o surgimento de novas forças sociais a empurrar os limites da estrutura de dominação oligárquica. A crise de 1929 agudizaria essa situação crônica, provocando uma ruptura que, embora aparentemente abrupta, já se vinha desenvolvendo desde a segunda metade do século XIX.” (Garcia, 1982 p.33).

A década de 1930 foi marcada por uma série de fatores cruciais para a realização deste trabalho. A profissionalização do futebol, a instauração de um regime autoritário no Brasil, ligados ideologicamente a regimes fascistas europeus e o surgimento da Rádio Nacional. A radiodifusão se fortalece, por fatores já colocados anteriormente, provocando o surgimento de grandes empresas radiofônicas que atingiam grande parte da população brasileira, instantaneamente. Rapidamente o poder de persuasão desse meio de comunicação foi percebido pelos governantes por aqui, e assim como em outros países, passou a ser utilizado como fonte de propagação das ideias e das feitorias estatais. O Estado Novo será bastante abordado durante este capítulo, mas ir direto a ele sem antes focar em outros pontos da “Era Vargas” não seria coerente, já que o futebol e o rádio também marcaram todo esse período, ganhando força e importância justamente durante o regime getulista – este trabalho tenta mostrar que isso não se trata de coincidência.

Assumindo o poder em 03 de novembro de 1930, Getúlio Vargas inicia o governo provisório, que iria até 1934, onde a situação do país não era muito tranquila nem política nem economicamente. As primeiras medidas políticas visavam à centralização e ao fortalecimento do Estado ao nomear os chefes do movimento tenentista como interventores nos estados, selando assim o apoio dos militares ao seu governo e tentando

reduzir o domínio das oligarquias regionais. Com relação à política econômica interna, algumas medidas foram tomadas pelo governo, como o adiamento do prazo para o pagamento das dívidas dos produtores, cancelando, inclusive, parte destas dívidas. A política varguista durante seu início de governo gerou problemas em alguns estados, principalmente em São Paulo, levando à Revolução Constitucionalista de 1932. Para Alexandre Hecker ⁴⁶, a nova proposta de Getúlio para o país visava mudanças de forma autoritária e sem consultas eleitorais. Fechando o congresso, anulando a Constituição de 1891 e depondo governadores antigos (além de nomear um militar de fora do estado de São Paulo para o cargo político máximo), Vargas desagradou às elites paulistas tradicionais, representadas por grupos que eram ligados ao Partido Republicano Paulista (PRP) e haviam sido derrotados pela revolução de 1930, passando a trabalhar em oposição ao governo de Getúlio. Paralelamente a insatisfação da elite, o movimento tenentista também ganhava força – não só em São Paulo, mas também em Minas Gerais e Rio Grande do Sul – gerando conflitos políticos e físicos pelas ruas de São Paulo (Hecker). Para Ianni, a Revolução de 1932 constituiu uma tentativa da oligarquia paulista de recuperar sua hegemonia, numa reação aos ideias dos componentes não-burgueses da revolução de 30.

Apesar de derrotados militarmente, os paulistas não se consideraram totalmente fracassados, já que as eleições de 1933 e a Constituinte no ano seguinte, não só consagraram algumas medidas pleiteadas pelos tenentistas, como a representação classista e algumas nacionalizações de recursos, configuravam-se, no seu todo, como uma vitória das oligarquias que recuperavam grande parte do seu peso no processo decisório, afastando a influência tenentista. As atribuições do executivo se tornaram limitadas, porém, a incapacidade das classes economicamente dominantes de controlar diretamente as diversas forças sociais presentes, fizeram com que o período de

⁴⁶ HECKER, F. Alexandre. **Uma História do Brasil para Refletir**. Revista de História (UFES), 2001.

“fraqueza” do executivo federal fosse breve (Garcia, p.38). As inquietações não se resumiam à luta entre tenentistas e oligarquias, a tensão gerada em 1932 e a permanência dos efeitos da crise refletiam, segundo Garcia (p.39), “na consciência dos setores civis das classes médias e operária, cujos movimentos aumentaram de intensidade. Os conflitos se manifestavam de particularmente intensa entre as posições de ‘direita’ e ‘esquerda’”. A primeira se fazia presente nos partidos de orientação fascistas, absorvidos pela Ação Integralista Brasileira, onde o poder personificado em um chefe supremo, centralizando o Estado era a proposta. A segunda era baseado na presença do Partido Comunista Brasileiro, que pregava a revolução operária e camponesa contra o imperialismo e a burguesia.

Após três anos de Governo Constitucional, no qual Vargas era um presidente eleito indiretamente, pelo voto apenas dos constituintes de 1934, as novas eleições, diretas, previstas para 1938, estavam no centro do debate político. Além da sucessão presidencial, a guerra ideológica entre a Aliança Nacional Libertadora e a Ação Integralista Brasileira tornava-se cada vez mais acirrada. Era um período de fortalecimento da esquerda em geral, com um grande crescimento do Partido Comunista, que pouco a pouco foi se tornando o principal grupo de oposição ao governo Vargas, já que com a Constituição de 34 os principais grupos divergentes paulistas foram se incorporando ao poder ⁴⁷. O estado de sítio declarado por Vargas, e o consequente fechamento do Congresso, teve como estopim a suposta ameaça comunista, que permeava o país em partidos políticos e outros movimentos sociais. Para Jambeiro (2003),

⁴⁷ JAMBEIRO, Othon. Estratégias de controle da mídia: o caso da radiodifusão no Estado Novo – 1937/42. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la información y Comunicación www.eptic.com.br, Vol.V, n.3, Sep./Dic. 2003.

“Buscando motivos fortes para continuar no poder, ele (Vargas) anunciou a “descoberta” de um plano dos comunistas brasileiros, em aliança com os soviéticos, de tomada do poder para instalar uma sociedade socialista. O plano, forjado por auxiliares de Vargas, ficou conhecido como Plano Cohen e foi inclusive apresentado à Imprensa com várias páginas escritas, contendo as ações que os comunistas pretendiam realizar na sua empreitada subversiva”.

A nomenclatura dada à suposta trama socialista era uma referência a um importante general comunista europeu, que ficou muito conhecido no ocidente pelos métodos bastante severos na luta contra seus inimigos. O uso de seu nome foi uma clara tentativa de estimular o medo entre a população. Algumas fontes determinam que tal plano fora arquitetada pelo líder dos integralistas, Plínio Salgado, na tentativa de culpar Getúlio de ter forjado a farsa. Membros do Estado Maior do Exército acabaram obtendo uma cópia do Plano Cohen, e a sua divulgação pelo ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra, e pelo presidente Getúlio Vargas, no programa radiofônico oficial "Hora do Brasil" - atualmente com o nome de Voz do Brasil -, foi o pretexto para o governo fazer aprovar no Congresso o estado de guerra, em 30 de setembro de 1937, e suspender os direitos constitucionais. Sobre o final do período anterior ao golpe, citando Garcia:

“O radicalismo das posições e a ameaça comunista, concretizada nos movimentos armados de novembro de 1935 e ampliado pela propaganda, conduziu as classes dominantes a novamente ceder a direção política da sociedade, para manter sua dominação. Com a Lei de Segurança Nacional decretada em dezembro de 1935 e as sucessivas decretações de estado de ‘sítio’ e ‘estado de guerra’ de dezembro de 1935 a junho de 1937, retomou-se o processo de fortalecimento do Estado concluído com o golpe de 1937” (p.39).

Em 2 de dezembro de 1937, um decreto fechou todos os partidos políticos, inclusive o Partido Integralista, que apoiava o governo, o que fez com que os integralistas tentassem um golpe de estado, em maio de 1938. A tentativa fracassou, pois teria sido mais um golpe de quartel e que não conseguiu atingir seus objetivos. Depois disso o terror provocado pela repressão policial e as deportações fizeram com que durante algum tempo não houvesse resistência declarada ao novo regime. Foi o apogeu

do Estado Novo ⁴⁸. Com o Congresso fechado e sem a oposição oficial de partidos políticos, a Constituição de 1934 já não fazia efeito, e em 10 de novembro de 1937, com uma Constituição de cunho fascista, copiada da polonesa – por este motivo ficou conhecida como a Polaca – Getúlio Vargas inaugura seu novo regime: o Estado Novo.

A Constituição estabeleceu como seus objetivos: “*assegurar à Nação a sua Unidade e o respeito à sua Honra e à sua Independência; assegurar ao Povo Brasileiro, em regime de paz política e social, as condições de Segurança, de Bem Estar, de Prosperidade*”. A justificativa para tais objetivos era a proteção do país dos perigos que ameaçavam a unidade nacional, particularmente a desagregação das instituições sociais, políticas e econômicas, provenientes do privatismo, do localismo e do crescimento do movimento comunista.

Conhecendo algumas das poéticas justificativas do golpe:

“A revolução brasileira determinara um brusca mudança de orientação em um ambiente social não adaptado e não preparado convenientemente para a nova ordem de coisas. Sete anos decorreram de 1930 a 1937 como uma hora na vida de uma nação. Era mister acabar de vez com os pruridos de desordem que, no campo moral cresciam à sombra dos extremismos sanguinários e, no material, repontavam em mazorcas que tentavam arremeter contra as mais puras tradições de nosso povo, destruindo-as como coisas inúteis, para melhor garantir a impunidade dos assassinios políticos. E o fantasma da desagregação rondava em torno do colosso que ainda mal acordara de um impalpável sonho de republicanismo.”⁴⁹

Durante todo o governo Vargas o Estado brasileiro teve um desenvolvimento industrial progressista, tendo por base uma política econômica nacionalista e protecionista, através da criação de uma infra-estrutura que buscava possibilitar um desenvolvimento capitalista nacional alternativo ao capitalismo estrangeiro. Seu fundamento ideológico era centrado na maximização das funções do Estado, na concentração das decisões políticas, econômicas e mesmo socioculturais, na figura do

⁴⁸ BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República – 1930 a 1960. São Paulo, Ed. Alfaômega. 1976.

⁴⁹ FALCÃO, Edmilson Rêgo. *Getúlio Vargas e a Unidade Nacional*. In Revista de Ciência Política, fascículo 5, Vol I, março de 1941, p. 127-132.

Presidente da República, no nacionalismo – via protecionismo comercial e forte regulação estatal – no autoritarismo e no corporativismo. O Estado Novo fortaleceu esses pilares e iniciou um período de intensa repressão social, política e cultural (Jambeiro, 2003). A estrutura administrativa montada era composta por três pilares básicos, consistindo na “Presidência da República, nas interventorias controladas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP) e no conjunto dos órgãos técnicos e burocráticos federais” (Garcia, p.42). O DASP tinha ramificações em todos os estados e permitia que o executivo federal tivesse total controle sobre os estados, que, segundo Garcia, foram transformados em “simples divisões administrativas, abandonando os resquícios do federalismo da República Velha”. Essa estrutura hierárquica e centralizada era aumentada com o controle de entidades da sociedade civil, por meio de normas que estabeleciam limites às suas atividades ou pela cooptação de seus líderes e membros, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), reconhecida e posta sob controle do governo.

Para Jambeiro (2003),

“Importante argumentar que neste período é muito difícil distinguir Estado, Governo Federal, Poder Executivo, Nação e interesses nacionais da figura de Getúlio Vargas. Os três primeiros, por estarem intrinsecamente identificados com a figura de Vargas; os dois últimos por sofrerem uma conotação ideológica autoritária e fascista tão grande que indicavam uma relação da Nação e dos interesses nacionais com as tomadas de decisão do Poder Executivo, personificado por Vargas, que por sua vez era, ao mesmo tempo, Estado e Governo” (p.130).

A personificação do Estado em Vargas era tamanha, que para João de Scantimburgo, “o Estado Novo não tinha ideologia, já que era o regime do presidente, de Sua Majestade, o Presidente”⁵⁰. Na mesma direção de Scantimburgo, Thomas Skidmore defende a ideia de que foi um período “sem qualquer base ideológica consistente, fruto

⁵⁰ SCANTIMBURGO, João de. *A crise da república presidencial*. São Paulo. LTR Editora. 2000, p.219.

de uma criação altamente pessoal”⁵¹. Não faz sentido utilizar esse pensamento para confecção deste trabalho, pois se considerasse que o período foi marcado pela ausência de ideologia estatal, não faria sentido iniciá-lo, porém, é importante abarcar informações diversas para caracterizar tal período.

A ideia básica estadonovista era construir uma visão menos complexa possível da realidade, transmitindo informações simples e repetidas, para serem compreendidas pelas as classes subalternas, já que o acesso à educação era restrito e grande parte da população vivia na zona rural. Parte do projeto ideológico, talvez a principal, era criar a impressão de que Vargas era um presidente onipresente e onisciente, conhecedor de todos os problemas das regiões espalhadas pelo Brasil (Garcia, 1985). Devido ao rápido período de implantação do Estado Novo, não houve tempo hábil para o Estado se utilizar das demais instituições sociais, como a escola ou a família, para legitimar o governo, cabendo essa tarefa à propaganda. Obviamente a propaganda que mais atingia a população era a feita via rádio.

As pesquisas nos levam a perceber que o rádio foi usado pelo Estado Novo para difundir discursos, mensagens e notas oficiais. Em um discurso ao Congresso Nacional em 1 de maio de 1937, dizia que

*“mesmo nas pequenas aglomerações, sejam instalados aparelhos radiorreceptores, providos de alto-falantes, em condições de facilitar a todos os brasileiros, sem distinção de sexo nem idade, momentos de educação política e social, informes úteis aos seus negócios e toda sorte de notícias tendentes a entrelaçar os interesses diversos da nação.”*⁵²

O programa Hora do Brasil, criado em 1931, foi reestruturado pelo DIP a partir de 1939 e tinha como principais conteúdos a “irradiação de discursos, narração de atos e iniciativas do governos, descrições de regiões percorridas pela comitiva presidencial,

⁵¹ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. São Paulo. Paz e Terra. 1972, p.54

⁵² CABRAL, Sérgio. *Getúlio Vargas e a música popular brasileira*. Rio de Janeiro: Revista Ensaio de Opinião. 1975, p. 39.

audição de obras dos grandes compositores do passado e do presente”⁵³ dentre outros. Além da Hora do Brasil, havia um programa matinal voltado às crianças⁵⁴.

Os regimes populistas, generalizando, se utilizam dos meios de comunicação para propagar suas intenções. Entendamos aqui o populismo na versão de Weffort (1980:85), como uma

“estrutura institucional de tipo autoritário e semi-corporativa, orientação política nacionalista, antiliberal e antioligárquica; orientação econômica de tendência nacionalista e industrialista; composição social policlassista mas com o apoio majoritário das classes populares”.

Ianni (1989:105) complementa esse conceito ainda as seguintes características: liderança carismática (no sentido weberiano), sindicatos tutelados pelo governo, utilização de linguagem demagógica, desenvolvimentismo e reformismo. Para ele, o populismo se encaixa no Brasil, nos períodos varguistas, de 1937 a 45 e 1951 a 54. Dentro dessa lógica populista, os meios de comunicação tiveram fundamental importância no que se refere à formação da identidade nacional, ou seja, da unificação do povo brasileiro em uma nação. Segundo Martin-Barbero⁵⁵ (1987:183), “a um país o unificam tanto ou mais que as estradas ou os trens, o telégrafo, o rádio e o telefone. Pois fazer um país não é só uma questão de economia, é também projeto político e cultural”.

“Em síntese, as tecnologias de comunicação têm a sua relação com a cultura mediada pelo projeto estatal de modernização, um projeto eminentemente político mas também cultural, uma vez que não era possível transformar esse país em nação, sem criar nele uma cultura nacional”⁵⁶.

⁵³ DIP: Anuário da imprensa brasileira, p.121.

⁵⁴ LOWENSTEIN, Karl. *Brasil Under Vargas*. New York: The MacMillan Company. 1942, p. 287.

⁵⁵ MARTIN-BARBERO, Jesus. *Comunicación y culturas populares en Latinoamérica*. G. Gili, México, 1987.

⁵⁶ HAUSSEN, Doris Fagundes. *Rádio e política: tempos de Vargas e Perón*. Rio Grande do Sul. Ed PUC. 2001. p.14.

Apesar de o governo já se utilizar dos meios de comunicação antes do Estado Novo, é neste período que a imprensa sofreu severo controle estatal, principalmente, segundo Jambeiro (2003), por parte do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), órgão cuja criação, em 1939 com o decreto 1.915, marcou a transformação da estrutura da comunicação de massa no país e pela concessão pública de emissoras de rádio. A partir dele (DIP), os órgãos reguladores deixaram de ter função exclusivamente técnica, assumindo um caráter político que incluía a censura e a perseguição aos jornalistas, proprietários de órgãos de imprensa e concessionários de radiodifusão. As concessões abrangiam tanto aspectos técnicos de produção e transmissão, quanto a natureza e o conteúdo da programação a ser oferecida ao público. A regulação da radiodifusão tornou-se, assim, um processo pelo qual o Estado, através de seus poderes executivo e legislativo, estabelece o modo em que ela se organiza e opera, criando os meios para fiscalizar o cumprimento das normas, coibir e punir os abusos. Tanto a distribuição quanto o conteúdo passaram a ser fortemente controlados pelo Estado, através de regulamentos que, baseados em princípios diversos dos demais serviços de telecomunicações, incluem critérios culturais, econômicos e políticos.

Esses regulamentos eram, na verdade, decretos. Entre 1937 e 1942, foram publicados seis Decretos (1.915/39, 5.077/39, 1.949/39, 4.701/42, 4826/42 e 4828/42) referentes à regulação do serviço de radiodifusão. Tratavam, em essência, da criação de mecanismos de controle e repressão à liberdade de expressão no país. Outra incumbência do DIP era abranger o serviço de informação e contra-informação cuja principal missão era fazer a propaganda do regime, interna e externamente. Segundo Jambeiro, o DIP cuidava da construção da imagem de Vargas junto ao povo, como defensor dos interesses nacionais, mostrando-o preocupado com as necessidades da população e realizador de suas aspirações. Essa regulação se dava principalmente nas

áreas da arte e do esporte, com influências no cinema, na música e até mesmo no futebol. A seguir, trecho do Decreto 1.915:

Art. 2º - O D.I.P. tem por fim:

a) centralizar, coordenar, orientar e superintender a propaganda nacional, interna ou externa, e servir, permanentemente, como elemento auxiliar de informação dos ministérios e entidades públicas e privadas, na parte que interessa à propaganda nacional.

(...)

d) estimular a produção de filmes nacionais;

(...)

f) sugerir ao Governo a isenção ou redução de impostos e taxas federais para os filmes educativos e de propaganda, bem como a concessão de idênticos favores para transporte dos mesmos filmes.

g) conceder, para os mesmos filmes, outras vantagens que estiverem em sua alçada.

h) coordenar e incentivar as relações da imprensa com os Poderes Públicos no sentido de maior aproximação da mesma com fatos que se liguem aos interesses nacionais.

i) colaborar com a imprensa estrangeira no sentido de evitar que se divulguem informações nocivas ao crédito e à cultura do país.

(...)

o) promover, organizar, patrocinar ou auxiliar manifestações cívicas e festas populares com intuito patriótico, educativo ou de propaganda turística, concertos, conferências, exposições demonstrativas das atividades do Governo, bem como mostras de arte de individualidades nacionais e estrangeiras.

p) organizar e dirigir o programa de rádio-difusão oficial do Governo.

O DIP era composto por cinco divisões (que executavam as atividades fins) – divulgação, radiodifusão, cinema e teatro, turismo, e de imprensa – e seis serviços auxiliares – comunicações, contabilidade e tesouraria, material, filмотeca, biblioteca e discoteca.

“À Divisão de Divulgação competia, entre outras atividades, elucidar a opinião nacional sobre as diretrizes doutrinárias do regime; interditar livros e publicações; combater por todos os meios a penetração ou disseminação de qualquer idéia perturbadora ou dissolvente da unidade nacional; fornecer aos estrangeiros e brasileiros uma concepção mais perfeita dos acontecimentos. À Divisão de Rádio-Difusão competia: fazer a censura prévia de programas radiofônicos e de letras para serem musicadas; organizar o programa “Hora do Brasil” para ser obrigatoriamente retransmitido por todas as emissoras de rádio. A Divisão de Cinema e Teatro se encarregava de: censurar os filmes, fornecendo certificado de aprovação após sua projeção perante os censores da Divisão; censurar previamente e autorizar ou interditar peças teatrais, representações de variedades, execuções de bailados, pantomimas e peças declamatórias, apresentações de prêmios, grupos, cordões, ranchos e estandartes carnavalescos. Censurava também funções recreativas e esportivas de qualquer natureza. Por fim, a

Divisão de Imprensa cuidava diretamente da censura à imprensa e da autorização prévia de circulação de publicações periódicas ”(Jambeiro, 2003, p.137).

Em dezembro de 1939, o governo lança o Decreto-Lei 1.949 que em seu artigo segundo, diz que jornais e quaisquer outras publicações periódicas tinham como função “*contribuir, por meio de artigos, comentários, editoriais e toda a espécie de noticiário, para a obra de esclarecimento da opinião popular em torno dos planos de reconstrução material e de reerguimento nacional*”. Isso demonstra claramente que o controle exercido pelo governo tinha caráter ideológico principalmente no que se referisse à imagem pública do próprio Estado. Esse mesmo decreto cria o Conselho Nacional de Imprensa, composto por três membros indicados pelo governo e outros três pela imprensa.

A entrada do Brasil na Segunda Guerra trouxe algumas consequências que interessam a este trabalho como a publicação de outro decreto que diz respeito diretamente ao rádio, e que se entenda os aparelhos de rádio e sua comercialização, foi o de número 4701, de 17 de Setembro de 1942, que dispunha sobre o comércio de aparelhos de rádio, transmissores ou receptores, seus pertences e acessórios, ao qual o Governo, por considerar que tal comércio era de Segurança Nacional, passou a impor restrições de transações. Não se podia, por exemplo, “*transacionar com súditos alemães, italianos ou japoneses, pessoas físicas ou jurídicas, nem mesmo sob a forma de doação ou permuta*” (art. 2º).

O Decreto 4828, de 13 de outubro de 1942, aproveitando da entrada do Brasil na guerra contra o Eixo para reforçar o controle sobre a mídia. Se antes tal controle se fazia de maneira indireta, via DIP, a partir deste Decreto passou a ser feito direta e claramente, e em bloco:

“Art. 1.º Durante o estado de guerra e tendo em vista as necessidades da ordem pública civil, ficam coordenados, a serviço do Brasil, todos os meios e órgãos de divulgação e de publicidade existentes no território nacional, seja qual for a sua origem, forma, caráter, processo, propriedade ou veículo de subordinação.”

De acordo com Jambeiro (2003), tratava-se, pois, de controlar ferreamente a mídia e, através dela, pela manipulação das informações, a opinião pública nacional e estrangeira. Explicitava-se, assim, o dualismo do Governo Vargas naquele contexto: entra na guerra ao lado das Forças Aliadas contra o nazifascismo europeu, que ameaçava colocar todo o mundo sob domínio ditatorial, mas, ao mesmo tempo, mantém em seu Governo as raízes, os referenciais político-ideológicos e as ações típicas de regimes fascistas.

Segundo Gebara (1995):

“Não são poucos os regimes autoritários, ou mesmo ditatoriais que tem massificado a prática esportiva, isto sem contudo democratizar, no sentido de possibilitar as minorias (idosos, deficientes, etc.) efetiva participação. De fato a intervenção do estado no mundo esportivo, tem sido, no sentido de induzir a prática esportiva na direção dos projetos políticos nacionais, freqüentemente voltados para a propaganda e doutrinação.”⁵⁷

A ideologia do regime implantado tinha como um dos pressupostos o espírito do nacionalismo, razão pela qual, elementos como o futebol, o rádio e a música, por exemplo, foram muito explorados como manifestações que deveriam estar a “serviço da pátria”⁵⁸.

Outro decreto que agora não influenciou especificamente o rádio, mas sim o futebol, foi o Decreto-Lei n. 383 de 18 de abril de 1938, que, em seus termos, vedava a atividade política no Brasil aos estrangeiros:

⁵⁷ GEBARA, A. *Esportes: cem anos de História*. In: Anais do III Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 1995, p. 131.

⁵⁸ Cf. MATOS, Cláudia. *Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Art. 1º. Os estrangeiros fixados em território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.

Art. 2º. É-lhes vedado especialmente:

1 – Organizar criar ou manter sociedades, fundações, companhias. Clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda e a difusão, entre os seus compatriotas de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos de pais de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes ou agentes da sociedade, fundações companhias, clubes e quaisquer estabelecimento desta natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou sua direção.

Esse decreto teve influência direta na forma como algumas instituições esportivas de tendências estrangeiras, passassem a sofrer determinados tipos de constrangimentos, como no caso do então Palestra Itália, hoje Sociedade Esportiva Palmeiras, que teve em sua sede freqüentes manifestações de brasileiros além de pressões e ameaças a seus associados italianos (Folha da Tarde, 26/08/80). Com a entrada do Brasil na guerra contra Alemanha, Japão e Itália, as instituições esportivas ligadas a esses países se viram obrigadas a alterar seus nomes oficiais, como o caso do clube citado acima. A ideia do governo brasileiro era, com decreto em questão, interferir diretamente na estrutura do futebol, principalmente o paulista, já que São Paulo tornara-se rapidamente uma cidade pólo de colônias estrangeiras -, quase todas com clubes sociais e algumas com times de futebol que disputavam o campeonato principal ou secundário, todos ligados a Liga Paulista de Football (LPF) ou a Associação Paulista de Sports Athleticos (APSA)⁵⁹. Devido à magnitude desses clubes – e pelos esportes que os representavam – começou a aumentar a preocupação do governo Getulista, pois estes poderiam prejudicar sua estratégia de nacionalização, dificultando a aceitação de ideais, como o de eugenia, disciplina e de unidade nacional (Manhães, 2002). Como exemplo cita-se os clubes italianos e alemães, nos quais, dentre outras coisas, “(...) eram comuns

⁵⁹ MACEDO, Rafael Luis. *O Esporte no Estado Novo: vigilância, formação e controle em época de guerra*. GT Futebol & Sociedade. UFPR.

audições coletivas de pronunciamentos de Mussolini e Hitler, principalmente antes do início da guerra” (Negreiros, 1996, p. 488).

Para Vargas, para que o programa nacionalista desse certo era necessário disciplinar os corpos dos brasileiros e dos imigrantes direcionando suas atividades para o interesse do Estado com o objetivo de produzir e construir a nação (Macedo). A noção de disciplina de Foucault pode ser utilizada para compreendermos as ações varguistas, em um cenário que Negreiros (1995) considerava caracterizado pela “indisciplina” no campo esportivo. A disciplina proposta por Foucault (1997, p. 137) seria uma modalidade que “implica numa coerção ininterrupta, constante, que vela sobre os processos da atividade mais que sobre seu resultado e se exerce de acordo com uma codificação que esquadrinha – vigia – ao máximo o tempo, o espaço, os movimentos”.

Para que os decretos e leis passassem a ser cumpridos, e que o governo atingisse seus objetivos eugênicos com a ajuda dos esportes, cria-se um sistema de vigilância que coíbia qualquer ação ou ameaça contra esse programa. Para Negreiros (1996) “(...) o estado não se preocupou apenas em fazer leis, mais fazê-las valer” (p. 486), tendo como meio fiscalizador deste programa o DOPS – Delegacia de Ordem Social e Política. Este departamento foi criado no governo do Estado Novo com o objetivo de fiscalizar as leis impostas, manter a ordem social e reprimir manifestações políticas que fossem contra o programa ideológico do governo, tendo suas primeiras incursões no ano de 1939, antes mesmo das leis direcionadas ao desporto serem sancionadas.

Os meios de comunicação, principalmente para este trabalho, o rádio, por decretos ou não, foram parte crucial para o sucesso do projeto varguista de formação ou fortalecimento da identidade nacional. As rádios existentes até então, mesmo com a concessão passando para as mãos do Estado, eram particulares. Somente em 1940 o

Estado Novo teve sob seu comando direto um veículo de audiência nacional: a Rádio Nacional.

A Rádio Nacional e a ideologização do futebol

Em 1936, o grupo do jornal “A Noite”, proprietário das revistas Noite Ilustrada, Carioca e Vamos Ler e da S.A. Rio Editora, adquiriu a PRA-X, Rádio Phillips do Brasil – que havia sido fundada em 1930 – que seria transformada na Sociedade Civil Brasileira Rádio Nacional. O conglomerado integrava os empreendimentos no Brasil do empresário americano Percival Facquar e atuava, ainda, na área de mineração, fornecimento de energia elétrica e transporte ferroviário. Nasce assim a Rádio Nacional do Rio de Janeiro. De acordo com Soares,

“Na noite de 12 de setembro daquele ano, o gongo soou três vezes e, ao som de ‘Luar do Sertão’, de Catuto da Paixão Cearense, a voz de Celso Guimarães anunciou: ‘Alô, alô, Brasil! Aqui fala a Rádio Nacional do Rio de Janeiro’. Com essa frase, estava inaugurada aquela que viria a ser a mais importante e mais poderosa emissora de toda a história da radiofonia brasileira.” (Soares, p.22).

Para se ter uma ideia da proporção da empresa, segundo o IBOPE, em 1944, a Rádio Nacional detinha 70% da audiência possível de ser atingida, enquanto a segunda colocada, Rádio Tupi, de São Paulo, ficava com 10% da audiência. Não vamos aqui questionar a validade das informações adquiridas em fontes supostamente confiáveis, como o Almanaque da Rádio Nacional ⁶⁰ – de onde foram retirados os dados acima –, porém, não há informações sobre quais métodos e qual público foram utilizados nessa pesquisa. Os programas de auditório da Rádio – como *Curiosidades musicais* e *Caixa de perguntas*, ambos apresentados por Henrique Domingues, o Almirante – também influenciariam os futuros programas televisivos, onde já havia participação do público e premiação em dinheiro para os vencedores de jogos de perguntas e respostas. A Rádio Nacional tinha em seu quadro de profissionais, alguns dos mais famosos cantores do

⁶⁰ AGUIAR, Ronaldo Conde. *Almanaque da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007

Brasil, Vicente Celestino e Silvío Caldas, além de atores como Isis de Oliveira e Paulo Gracindo. Outra pesquisa feita pelo *Anuário do Rádio*, de 1950, diz que dentre os 10 melhores programas de rádio dos diversos gêneros, todos eram da Nacional.

Nas palavras de José Ramos Tinhorão, grande pesquisador sobre a música popular brasileira e nascido em 1928, ou seja, contemporâneo dos tempos áureos da Nacional,

“O papel da Rádio Nacional foi muito importante. Em primeiro lugar, como ela tinha mais potência do que as outras, ela era ouvida em todo o Brasil. Então começa por cumprir um papel de política cultural, ou seja, passa a ter um papel unificador. Dentro de um conceito moderno, ela não unificava o Brasil a partir de uma cultura regional e, sim, a partir de um produto de cultura de massa que eram as chamadas ‘músicas de sucesso’. Consagrava artistas em programas de auditórios que se tornavam ídolos nacionais, como Emilinha Borba e outras. Isso tudo quando já existia a influência da música estrangeira que se acentua com a Segunda Guerra Mundial. A Rádio Nacional mantinha programas com artistas brasileiros. Lançou toda a música brasileira produzida pelas fábricas, como RCA Victor e a Odeon. Esse papel ninguém pode tirar da Rádio Nacional. Ela marca um momento de consciência nacional das massas urbanas. Ela é ouvida nos núcleos urbanos já mais desenvolvidos que tinham luz elétrica, pessoas que podiam comprar aparelhos de rádio para ter em casa. A Rádio Nacional contribui para uma tentativa de criar um caráter nacional, que era o objetivo do Getúlio Vargas no Estado Novo, que deixava as políticas regionais da Primeira República para uma política centralizada. E a Rádio Nacional representa a contrapartida cultural dessa proposta de centralização do governo Vargas”.

A Rádio Nacional, que entraria em queda com o advento da televisão, a partir da década de 1950, tem seu apogeu dentro do período demarcado pelo Estado Novo, onde faturava algo em torno de 50 milhões de cruzeiros, seguido de longe pela segunda colocada, Tupi, com 24 milhões. As outras rádios que vinham atrás eram a Mayrink Veiga com 7,6 milhões e a Continental com 6,7 milhões⁶¹.

Em 06 de janeiro de 1943 entra no ar o que viria a se tornar o mais famoso programa musical do rádio brasileiro, o *Um milhão de melodias*, por ocasião do lançamento da marca Coca-cola no Brasil. A Rádio possuía a maior discoteca do país, o que não impedia a utilização de música ao vivo em todos os programas musicais. Coube

⁶¹ AGUIAR, Ronaldo Conde. *Almanaque da Rádio Nacional*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007. p. 127.

à Rádio Nacional também a responsabilidade de lançar a primeira história seriada do rádio (radionovela), cujo nome foi: *Em busca da felicidade*. Tal novela, que se estenderia por mais de dois anos, abriu novos rumos e apontou um horizonte de negócios e oportunidades artísticas. Conde Aguiar diz:

“A Rádio Nacional lançou a primeira novela às 10:30 da manhã, em um horário onde as mulheres pudessem fazer suas tarefas e ouvir ao mesmo tempo. Foi algo que eles não esperavam. No primeiro mês, a rádio recebeu mais de 48 mil cartas. Depois disso, foi uma verdadeira bola de neve. Outros anunciantes se interessaram. Logo a Nacional transmitia 16 novelas semanais, fora os seriados, como Jerônimo, o herói do sertão. Inicialmente os mesmos atores participavam de todas as novelas, porém, a Rádio percebeu que não se poderia utilizar nas novelas diferentes, os mesmo atores. De repente, a Nacional tinha mais de 100 atores e atrizes, só de voz. Na década de 1950, as novelas correspondiam à metade da programação da emissora.”

O corpo de funcionários da Rádio Nacional em meados dos anos 1950 era composto por um diretor-geral, 8 diretores, 240 funcionários administrativos, 10 maestros e arranjadores, 33 locutores, 124 músicos (divididos em 3 orquestras), 55 radioatores, 40 radioatrizes, 52 cantores, 44 cantoras, 18 produtores, um fotógrafo, 13 informantes, 24 redatores e 4 secretários-de-redação (Aguiar, 2007, p. 134).

Nos anos 30 e 40, era perceptível a priorização das novelas em detrimento aos outros programas, mas, alguns personagens tinham cadeira cativa na emissora, se tornando intocáveis devidos aos recursos e audiência que traziam para a Rádio. Citando novamente Conde Aguiar,

“A Nacional desprezava o futebol porque era muito localizado. Claro que o pessoal ouvia, por exemplo, a seleção brasileira, que era formada por jogadores do Rio, as vezes os times do Rio iam jogar no Nordeste. O Antônio Cordeiro tinha um programa esportivo umas 22h da noite, mas era apenas informativo. Aos sábados, por exemplo, começava às 15h na Radio nacional um dos programas de maior audiência da rádio, o programa Cezar de Alencar, que ficou mais de vinte anos no ar. Ele fez um programa de comemoração no Maracananzinho e colocou 30 mil pessoas. A Rádio Nacional não iria parar um programa desse para colocar futebol no lugar. De jeito nenhum. Auditório sempre cheio, ele tinha vários patrocinadores...aos domingos, a Rádio tinha um cidadão chamado Luis Vassalo, que comprava uma parte do domingo. Durante minha infância, minha mãe mandava

a gente ligar o rádio durante o domingo. Na hora do futebol, meu pai colocava na Mayrink. Acabava, voltava para a Nacional.”

O Programa Luis Vassalo foi o programa da Rádio Nacional que mais tempo esteve no ar. Estendeu-se por

“todos os domingos, do meio-dia até às 21 horas. Tinha esse nome porque seu titular era o corretor de quase todos os patrocinadores dos diversos quadros que a Nacional transmitia naquele período, e dos quais ele mesmo não participava pessoalmente. O Programa Luis Vassalo começava com a audição de ‘Quando os ponteiros se encontram’, com Francisco Alves apresentado por Lúcia Helena. Seguia-se o ‘Doutor Enfezulino’, assinado por Oswaldo Elias, a ‘Hora do pato’, com Heber de Bôscoli, depois com Jorge Cury; ‘Coisas do arco da velha’, com todo o cast de humoristas da emissora, onde se destacavam Floriano Faissal, Brandão Filho, Nilza Magrassi, Walter e Ema D’Ávila, Apolo Correia, e outros; a transmissão esportiva com Antônio Cordeiro⁶², depois com Jorge Cury; ‘Tabuleiro da Baiana’, com o quadro Negrinho e Juraci (vividos por Floriano Faissal e Ismênia dos Santos); ‘A felicidade bate à sua porta’, irradiado sempre de um bairro qualquer da cidade com grandes nomes do cast de cantores, onde pontificava Emilinha Borba; ‘Tancredo e Trancado’, de Ghiaroni, com Brandão Filho e Apolo Correia; ‘Piadas do Manduca’, com Lauro Borges, Catro Barbosa, Brandão Filho, Alfredo Viviani, Alda Verona e Renato Murce; ‘Nada além de dois minutos, de Paulo Roberto.”(Aguiar, p.36)

Pelo trecho lido, percebe-se que as tardes de domingo eram ocupadas por programas diversos, que iam do humor às atrações musicais, incluindo atração esportiva. Não havia, durante o período recortado para este trabalho, transmissões futebolísticas feitas pela Rádio Nacional. Ou seja, aos fins de semana, programas sobre esportes tinham audiência considerável na Rádio, porém, as transmissões de futebol não ocupavam espaço na grade de programação. Para Aguiar, A grande rádio de futebol (30 e 40) era a Mayrink Veiga. “Ela irradiava o jogo principal, geralmente o do Maracanã. Eles colocavam pessoas em todos os campos, para informarem o que ocorria nos outros estádios menores”.

A liderança de audiência e de arrecadação assumidas pela Rádio Nacional tem ligação direta com as ações do Estado varguista. Até 1940 a Rádio Nacional disputava a

⁶² Entenda-se programa *No Mundo da Bola*, que aparecerá mais à frente do trabalho.

audiência com outras estações, já que a liderança de audiência era da Rádio Mayrink Veiga, desde 1934. A partir daí, o Governo Federal anexa a Rádio Nacional às Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional, passando investir pesadamente para melhoria da rádio. Na mesma década, a Nacional já se colocava entre as cinco rádios mais potentes do planeta ⁶³, sendo transmitida em quatro idiomas diferentes – a título informação, as empresas a frente da Nacional eram a NBC, BBC, Rádio e Televisão Francesa e a RAI (italiana). Para se ter uma ideia da abrangência da Nacional:

“A partir de 1943 a Rádio Nacional começou a receber cartas dos mais variados pontos do mundo: Alasca, África do Sul, Inglaterra, África Francesa, Ilha de Santa Helena, Índia, Nova Zelândia, Suíça, Japão. Os pedidos dos ouvintes internacionais variavam desde um cartão postal da emissora (para confirmar o recebimento da mensagem) até pedidos de discos de artistas brasileiros” (Saroldi e Moreira, 2005, p.97).

Lourival Pontes, então diretor do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e futuro diretor geral do DIP, proferiu o seguinte discurso na publicação especializada em rádio, *A Voz do Rádio*:

“Dos países de grande extensão territorial, o Brasil é o único que não tem uma estação de rádio ‘oficial’. Todos os demais têm estações que cobrem todo o seu território. Essas estações atuam como elemento de unidade nacional. Uma estação de grande potência torna o receptor barato e, portanto, o generaliza... Não podemos desestimar a obra de propaganda e de cultura realizada pelo rádio e, principalmente, a sua ação extra-escolar; basta dizer que o rádio chega até onde não chegam a escola e a imprensa, isto é, aos pontos mais longínquos do país e, até à compreensão do analfabeto.” (Saroldi, p. 21)

Encampada pelo Estado Novo com o decreto 2.073 – passando a fazer parte das Empresas Incorporadas ao Patrimônio da União, juntamente com todo o acervo da Sociedade A Noite, a Rio Editora e com a rede ferroviária da Companhia Estrada de

⁶³ A partir de 31 de dezembro 1942, com a instalação de uma antena de ondas curtas com 50kW de potência e oito antenas instaladas pela RCA Vitor: duas voltadas para os Estados Unidos, duas à Europa e uma à Ásia. (Saroldi e Moreira, 2005, p.98).

Ferro São Paulo-Rio Grande (artigo primeiro do decreto) –, de 08 de março de 1940, a Nacional não deixa de atuar como uma rádio comum de sua época. A alteração mais radical da rádio passa a ser a estrutura fornecida a ela pelo governo, já que ela seria seu maior porta-voz. É bom salientar que a Rádio Nacional não foi estatizada oficialmente, não sendo um meio de comunicação financiado diretamente pelo próprio Estado. O que mantinha a rádio era o financiamento privado, inclusive com os nomes de seus programas vinculados aos patrocinadores, como o Repórter Esso, Rádio Almanaque Kolynos e Revista Old Parr. “A direção da rádio procurava sempre trazer o melhor para seus ouvintes, acrescentando um detalhe fundamental: o nacionalismo” (Nobre 2003, p. 31). Abaixo, trecho de uma entrevista com o jornalista Bento Soares, autor do livro “*Vendo o jogo pelo rádio*”:

“A Rádio Nacional, inaugurada em 12.09.1936, foi incorporada ao Patrimônio da União através de decreto-lei assinado pelo presidente Vargas e mesmo assim continuou sendo administrada como empresa privada. Do seu fabuloso faturamento, nem um centavo vinha do Governo. Posso lhe assegurar que não há registro de que a Nacional vendesse publicidade à União. O máximo que acontecia era a veiculação gratuita de mensagens oficiais e anúncios institucionais do governo, até porque o país se encontrava em guerra”.

A seguir, o primeiro artigo do decreto 2.073, de 1940:

Art. 1º
Ficam incorporadas ao Patrimônio da União
a) Toda a rede ferroviária de propriedade da Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande ou a ela arrendada.
b) Todo o acervo das Sociedades “A Noite”, “Rio Editora” e “Rádio Nacional”.
c) As terras situadas nos Estados do Paraná e Santa Catarina, pertencentes à referida Companhia Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

A Rádio focava sua programação no entretenimento – com os programas de auditórios e radionovelas –, no jornalismo. Dos diversos programas da Nacional que eram ouvidos em todo o país, o Repórter Esso tinha alguns diferenciais. Apresentado no Brasil pela primeira vez no dia 28 de agosto de 1941 (estreando no mesmo dia em que o

país entrou na Segunda Guerra), produzido pela “agência de notícias United Press, redigido na agência de publicidade MacCann-Erickson e patrocinado pela empresa de petróleo Esso Standard Oil” (Moreira, 1999, p. 57), o programa era um claro produto da política da boa vizinhança – período durante a Segunda Guerra, onde houve uma intensificação das relações culturais entre Brasil e EUA⁶⁴ –, e serviu “simbolicamente para representar as transformações que a radiodifusão sonora no Brasil estava vivendo naqueles anos”⁶⁵. Percebe-se que envolvidos no programa estavam uma agência de notícias, uma de publicidade e um patrocinador, todos norte-americanos. Segundo Souza (2004), a partir da década de 1940, a presença norte-americana cresceu nos meios de comunicação brasileiros, o que soa contraditório com as intenções varguistas de afastar o Brasil da influência dos imigrantes em nome da identidade nacional.

*“O pacote cultural-ideológico dos Estados Unidos incluía várias edições diárias de O Repórter Esso, uma síntese noticiosa de cinco minutos rigidamente cronometrados, a primeira de caráter global, que transformou o radiojornalismo brasileiro. Com o noticioso, foi implantado o lide; a objetividade; a exatidão; o texto sucinto, direto e vibrante; a pontualidade; a noção do tempo exato de cada notícia; aparentando imparcialidade e contrapondo-se aos longos jornais falados da época. Porém, o formato inovador do noticiário não influenciou somente na área profissional mas, também, nas disputas políticas, ideológicas e culturais da época.”*⁶⁶

Para se ter uma ideia, os produtos norte-americanos representavam, em 1938, 24,2% do total de importações brasileiras, quando os produtos alemães chegavam a 25% (Saroldi, 2005, p.72). Ao longo da segunda metade da década de 1930, os EUA intensificaram a tese da defesa conjunta do continente. Saroldi, citando Stanley Hilton⁶⁷

⁶⁴ SAROLDI, Luis Carlos, MOREIRA, Sônia Virgínia, Instituto Nacional de Música (Brazil). Divisão de Música Popular. *Rádio Nacional, o Brasil em sintonia*. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor Ltda, 2005, p. 73.

⁶⁵ SOUZA, Marquilandês Borges. *Rádio e propaganda política: Brasil e México sob a mira norte-americana durante a Segunda Guerra*. São Paulo. Annablume, 2004, p.117.

⁶⁶ KLOCKNER, Luciano. *O Repórter Esso e a Globalização: a produção de sentido no primeiro noticiário radiofônico mundial - XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS – setembro 2001*.

⁶⁷ HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil*. Nova Fronteira, 1983

diz que mesmo com essa intenção norte-americana, o Brasil tolerava cada vez mais infiltração de espões alemães e italianos em nosso território, acobertados pelas empresas Condor e Lati. Segundo Élio Gáspari⁶⁸, em artigo também citado na obra de Saroldi, se o Brasil não rompesse com o Eixo, teria a região Nordeste invadida pelos EUA. Em contrapartida à tomada de posição a seu favor, os EUA ofereceram ao Brasil, coroando a política da boa-vizinhança, diversos benefícios que intensificariam as trocas culturais entre os dois países, como: armamentos, bolsas de estudo, a criação do personagem Zé Carioca e o incentivo à carreira de Carmem Miranda (Saroldi, p.73), dentre outras coisas. Enquanto o Brasil exportava estudantes, personagens e artistas, os EUA, com o Repórter Esso, nos enviavam informações. Apresentadores como Celso Guimarães, Romeu Fernandes, Saint-Clair Lopes e José Curi se incumbiam da tarefa de informar. Em 1941 o Repórter Esso começou a ser transmitido pela Rádio Record de São Paulo, e a partir de julho de 1942, pelas rádios Inconfidência de Belo Horizonte, Farroupilha de Porto Alegre e Rádio Clube de Pernambuco (Saroldi, p.78).

Seguindo com Aguiar (2007), as informações passadas pelo Repórter Esso não eram colocadas em dúvida pela população. De acordo com o autor, o jornal contava com tamanha credibilidade que é lembrado ainda hoje como “exemplo de exatidão jornalística” (2007, p. 115). Como observação, no Almanaque da Rádio Nacional não há qualquer menção sobre o vínculo do programa com empresas dos EUA. Analisando outros autores fica claro tal vínculo, colocando em cheque a neutralidade e lisura do jornal. Segundo Klocner 2001, o Repórter Esso

“Era uma cópia, da síntese noticiosa, transmitida nos Estados Unidos, desde 1935, com notícias da United Press. Antes de estrear no Brasil, o noticiário ia ao ar, regularmente, em dezenas de emissoras das principais cidades das Américas do Norte e Latina, entre elas, Nova Iorque, Havana, Lima, Santiago do Chile e Buenos Aires. Nos Estados Unidos, em 10 de junho de 1942, registrou-se a edição 200 mil. Emissoras de 14 países do continente americano irradiaram O Repórter

⁶⁸ GÁSPARI, Élio. “Os EUA iam invadir o Nordeste”. Folha de São Paulo, 22 de fevereiro, 1998, p.12.

Esso em 59 estações, constituindo a mais ampla rede radiofônica global, utilizada por qualquer empresa em programa permanente e exclusivo. O noticiário esteve presente nos Estados Unidos, Argentina, Brasil, Costa Rica, Cuba, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Porto Rico, Venezuela, Colômbia, Peru, Chile e Uruguai. Um programa multimilionário do governo dos Estados Unidos foi dirigido pelo empresário Nelson Rockefeller, neto de John Davison Rockefeller, fundador da Standard Oil Company, para influenciar as mídias na América Latina. O dinheiro, investido pelas empresas, poderia ser deduzido do imposto de renda. No primeiro momento, o combate era contra a propaganda nazista e fascista”.

Mais uma citação de Klockner 2001:

“Não é sem razão, portanto, que é atribuída ao Repórter Esso uma importante parcela de influência no consenso popular que levou o Presidente Getúlio Vargas a abrir mão de sua primeira tendência pró-nazi-fascismo, e depois de neutralidade, e colocar o Brasil ao lado das forças aliadas. Ao mesmo tempo, o governo americano tinha interesse em contar com o apoio brasileiro, pois o Nordeste do País se constituía numa região estratégica. Ali, os americanos pretendiam - e montaram - uma base aérea, para possibilitar a abertura de uma nova frente de batalha pelo Norte da África. Isto, de fato, terminou acontecendo”.

Em 1962 o programa vai para a televisão, sem sair do rádio, abandonado este definitivamente em 1968. Sua duração no outro meio de comunicação foi de apenas dois anos, totalizando quase 30 anos no ar.

No tocante ao esporte e principalmente ao futebol, a participação da Rádio Nacional, no período delimitado para análise, ficou aquém das expectativas deste trabalho. O esporte, nos anos dourados do rádio, não teve muito espaço na programação da Nacional, segundo o autor do Almanaque da Rádio Nacional. Outros programas tinham mais audiência ou conseguiam mais verba nos principais horários, como o *Programa Cesar de Alencar*, aos sábados à tarde, um dos programas líderes de audiência, prestígio e faturamento da emissora (Aguiar 2007). Aos domingos, reforçando o que foi dito anteriormente e citando Aguiar (2007, p124), o futebol aparecia “espremido entre as atrações do dia, Antônio Cordeiro e Jorge Cury podiam, finalmente narrar e comentar as peripécias do principal jogo da rodada”. Em

determinadas vezes, com o jogo em andamento, costumava-se ouvir as “chamadas esportivas da Rádio Nacional”, patrocinadas pela Cervejaria Brahma.

A grande questão desse trabalho passa pela negação ou confirmação da utilização ideológica do futebol na Rádio Nacional. Apesar de alguns autores defenderem tal tese, a conclusão deste vai de encontro a isso. A respeito da utilização ideológica do futebol por Vargas, na programação da Rádio, Luis Mendes é taxativo:

“Getúlio não colocou ‘placa branca’ na Nacional. Foi uma ditadura diferente da de 64, onde os militares utilizaram excessivamente o rádio e a televisão. No regime de 64, ninguém podia emitir opinião política, ali sim havia ‘placa branca’ na Rádio. Vargas não usou como a Rádio para propaganda pessoal, pelo contrário, deu liberdade de produção artística, apoiando abertamente artistas da época. Getúlio jamais interrompeu uma novela ou programas esportivos para colocar no ar propaganda política. Getúlio jamais estabeleceu qualquer orientação no sentido da programação. Se você olhar o orçamento da Nacional, ela jamais recebeu dinheiro do governo. Além do mais, o futebol não era o carro-chefe nas décadas de 30 e 40, ou seja, não havia interesse do governo em explorar ideologicamente o futebol naquela época. Dos militares da década de 60 e dos regimes democráticos recentes, não se pode dizer o mesmo.”

Questionado sobre a conexão direta do Presidente da República com o gabinete do diretor-geral da Rádio Nacional, por meio de uma linha telefônica exclusiva, Aguiar diz:

“Getúlio tinha como característica conversar com os diretores. Dar determinadas notícias pessoalmente. O próprio Eron Domingues, que era o chefe de reportagem na Rádio Nacional disse: ‘nunca houve orientação da casa no sentido de dar essa ou aquela notícia. Nós que fazíamos a pauta. Nem o patrocinador impunha, a Nacional não aceitava esse tipo de coisa’. A grande virtude na Rádio Nacional foi essa capacidade de passar informações, razoavelmente, isentas das coisas e com grande preocupação com a qualidade de seus programas. E conseguiu. Se você pegar a história da Rádio Nacional e comparar com a da Globo sob este ângulo, você verá que a Nacional não contabiliza nenhum escândalo em sua história. Na crise de Getúlio a Rádio noticiava tudo. O atentado. Tudo. E essa isenção fazia com que os patrocinadores quisessem entrar na rádio. Todas as pessoas que eu entrevistei⁶⁹, que tinham posição dentro da rádio disseram que não havia interferência do Vargas. A Rádio Nacional não fazia propaganda institucional, tanto é que o maior programa jornalístico era o Repórter Esso. Getúlio lançando ‘O Petróleo é Nosso’ e a Nacional com o repórter Esso. Se houvesse tal ingerência, o Repórter Esso, por exemplo, deveria se chamar Repórter Petrobras. O Vargas não se metia.”

⁶⁹ Entrevistas realizadas por ele para a realização do Almanaque da Rádio Nacional.

Não se pode dizer que não havia espaço para o futebol na Rádio Nacional, havia sim, porém um espaço muito restrito, que se resumia a notícias curtas dentro de programas esportivos de bastante audiência. Outras rádios no Brasil colocavam o futebol dentro da sua grade de programação, como a Record de São Paulo, que já em 1933 criara o sistema de transmissão em rede, se unindo a outras estações do interior e abarcando enorme audiência na região (Soares, 2006). A partir da década de 1940, alguns programas da Rádio Nacional, como o *No Mundo da Bola*, já possuíam audiência fantástica. No início dessa década, o programa instituiu um concurso para o público escolher o melhor jogador do Brasil e o resultado foi surpreendente:

“Nada menos que 19.105.856 (dezenove milhões, cento e cinco mil e oitocentos e cinquenta e nove) envelopes do analgésico Melhoral (patrocinador do programa) foram enviados à Rádio Nacional. O jogador Ademir Menezes, o popular Queixada, do Vasco da Gama e da seleção brasileira, foi o vencedor, recebendo 5.304.935 (cinco milhões, trezentos e quatro mil e novecentos e trinta e cinco) votos. Só para comparar, nas eleições presidenciais de 1945, o General Gaspar Dutra, recebeu 3.251.507 (três milhões, duzentos e cinquenta e um mil e quinhentos e sete) votos. (...) Ademir recebeu mais votos que o próprio Getúlio Vargas nas eleições de 1950” (Aguiar, p. 125).

O número é impressionante mesmo se considerarmos que uma pessoa poderia enviar mais de um envelope, mas dá para se ter uma ideia de que a Rádio Nacional não tinha pouca audiência ao menos nesse programa esportivo.

É bastante comum a ideia de que o governo de Vargas aproveitou-se da popularidade do futebol, iniciada no período de seu governo, quando tal esporte se mudava da fase amadora para a profissional (conseguindo mais adeptos e fãs no país, principalmente nos grandes centros de poder, como os Estados de São Paulo e do Rio de Janeiro), para tentar concretizar alguns de seus projetos, tal como o de unidade nacional, porém, não há arquivos de áudio nos anais da Rádio Nacional ou em qualquer outro lugar, que permita afirmar que a Rádio foi responsável ou ao menos participou de alguma política governamental que se utilizasse do futebol.

Considerando que este trabalho teve como objetivo analisar a participação da Rádio Nacional no período que englobou o regime Vargas, verificou-se que, o espaço que a rádio destinava ao futebol não era suficiente para considerá-la, ainda neste período, um veículo difusor do futebol pelo Brasil. Não descartamos a participação da rádio na consolidação do futebol como esporte de massa, que já o era anteriormente, nem a utilização dos programas como forma de entreter a população, funcionando aqui como um “atenuador de tensões sociais, provocando efeito estabilizador”⁷⁰, ou seja, uma espécie de política do “pão e circo”, o que pode ter levado ao surgimento das teorias ligadas à ideia de que o futebol seria o “ópio do povo”. Este estudo chegou à conclusão de que o regime varguista, de 1930 a 1945, não se utilizava abertamente do futebol na Rádio Nacional como forma de dominação ideológica. Digo isso apesar de vários outros trabalhos utilizados como fontes defenderem o contrário, porém, não posso aqui afirmar determinados fatos sem confirmá-los por meio de pesquisa, e o que se pode concluir é que, mesmo com a Rádio Nacional encampada pelo Estado, mesmo com o futebol atingindo as massas, se o Estado utilizou esses fatores como fonte de propagação ideológica foi de maneira velada, sem a influência direta na difusão desse esporte pelo país. A tendência da bibliografia existente parece ser a de reproduzir o que foi dito por uma primeira fonte, que não se sabe qual é a merecedora deste rótulo. É óbvio que essas questões devem ser colocadas e as posições dos diversos autores merecem respeito, porém, sem aqui a intenção de contestar algum outro trabalho ou autor, pode-se dizer que dentro da temática delimitada para essa dissertação, não há relevância da Rádio Nacional, entre o período de 1930 a 1945, no processo de difusão do futebol pelo Brasil e, nem provas concretas de esse esporte era veículo ideológico. Mais palavras de Conde Aguiar:

⁷⁰ BRACHT, Valter. *Sociologia crítica do esporte: uma introdução*. Vitória: UFES, 1997.

“Não é verdade que Getúlio utilizava o futebol, pelo rádio, para propaganda ideológica. O que acontecia, algumas vezes, não era sempre, era Getúlio usar o estádio do Vasco, o São Januário, para discursar aos trabalhadores no Dia do Trabalho. Havia jogo, os trabalhadores iam para ver Getúlio falar, ou os torcedores iam ver o jogo. Eram discursos curtos, pois senão, ele sabia que poderia ser vaiado. Ele lia seu discurso de 10 ou 15 minutos no máximo e depois começava o jogo. Isso ocorria em alguns 1º de maio. É um equívoco dizer que Getúlio usou a Nacional para propagação ideológica. O jogo era do campeonato, não era realizado para Vargas falar”.

Ao ser questionado sobre o porquê da Rádio Nacional não ter dado tanta importância ao futebol, Aguiar levanta a questão:

“porque o futebol, provavelmente não tinha fator de integração. Os campeonatos eram locais. Eu só viria a ver time bairrão jogar quando começaram esses nacionais⁷¹. É mais provável que as novelas e os programas de auditório tenham sido mais utilizados para integração nacional do que o futebol, e mesmo assim não foram”.

Como já colocado anteriormente, a relação do Estado com as instituições esportivas se encaixavam no que Manhães classificou como corporativista, onde “há imposição de regras por parte do estado autoritário, fazendo retroceder ao mínimo o grau de autonomia da organização esportiva” (1986). Mas isso não é privilégio do Brasil ou de regimes autoritários, já que mesmo no capitalismo avançado as organizações esportivas e o Estado também mantêm laços estreitos (Bracht, 1997). Segundo o mesmo autor, os sistemas nacionais do esporte em praticamente todos os países que participam do sistema esportivo internacional, “foram construídos ou a partir de relações corporativistas ou neo-corporativistas com o Estado, e isto, fundamentalmente, em função dos interesses do Estado nos serviços do sistema esportivo” (*idem*, p. 74). A diferença entre uma relação neo-corporativista e a corporativista, é que a primeira é caracterizada pelo voluntarismo, ao passo que a segunda não depende da vontade da instituição não governamental.

⁷¹ O campeonato Brasileiro de Futebol, iniciado em 1971.

Uma maior participação da Rádio Nacional pode ser percebida no final da década de 1940 e início de 50, com algumas inovações na forma de transmitir jogos de futebol e com a transmissão da Copa de Mundo de 1950, onde o Brasil foi derrotado na final para o Uruguai por 2 gols a 1. Por ser sediada no Rio de Janeiro e transmitida para todo o Brasil, os jogos dos clubes dessa cidade eram ouvidos nos “rincões do país, mormente no Norte, Nordeste e Centro-Oeste” (Aguiar. 2007, p.129), o que nos ajuda a entender a quantidade de torcedores dos clubes cariocas por esses estados. O futebol brasileiro vivia outra realidade, pois não havia durante o período áureo do rádio, torneios de futebol em âmbito nacional, ficando restrito o esporte a apenas jogos regionais.

A difusão do futebol pelo Brasil se deu por diversas portas de entrada, como já dito anteriormente, não sendo responsabilidade dos meios de comunicação ou de um único cidadão a sua propagação pelo território nacional. Claro que não se deve menosprezar a contribuição da imprensa escrita ou do rádio no que diz respeito à fixação do futebol como esporte consolidado por aqui e, principalmente por torná-lo o esporte mais praticado no país. Nisso os meios de comunicação têm grande responsabilidade. Das hipóteses iniciais, não há como negar que o rádio, como instrumento de comunicação, contribuiu para que o futebol se tornasse um esporte querido pela população, se tornando objetivo de vida de milhares de jovens pelo país que, em grande parte, absorvem a ideia de ascensão social que a própria mídia cria em torno do esporte. A outra, sobre o fortalecimento do futebol a partir de políticas públicas durante o período Vargas, também se concretizou no sentido de que não por coincidência, o futebol foi profissionalizado, assim como outras profissões foram reconhecidas, naquele período de alterações nas leis trabalhistas e na situação dos trabalhadores urbanos no Brasil. A profissionalização do futebol no Brasil, permitiu que os grandes jogadores, que

já haviam começado a deixar o país para jogar no exterior na década de 1920, permanecessem por aqui, fortalecendo a imagem dos clubes e da seleção brasileira.

O que não se pode afirmar, é que Vargas, por meio da Rádio Nacional, tenha se utilizado politicamente do futebol e que, essa utilização política tenha contribuído para a difusão desse esporte pelo país. Dentre os personagens procurados para falar sobre o assunto, o jornalista paraibano Bento Soares, autor do livro *Vendo o jogo pelo rádio*, afirma que: “sobre a utilização do futebol para apoiar as ações da Ditadura Vargas, repito-lhe o que afirmei antes: desconheço o fato”. A conclusão a que chegamos se deve em grande parte à falta de documentação e de registros, por parte da Rádio Nacional, que pudéssemos analisar e compreendermos melhor a relação entre o futebol, o rádio e o regime getulista. Othon Jambeiro, outro pesquisador procurado para falar sobre o assunto, afirma: “este é um problema grave que se tem quando se procura estudar a Radio Nacional: falta de documentação!”. Com isso, não se perderam apenas fontes de pesquisa para realização desse trabalho, mas também parte importante da história do Brasil.

O fato é que, utilizado ou não como arma ideológica,

*“O futebol jamais deixou de ser praticado como jogo, como elemento lúdico em nossa sociedade. Por meio desse caráter desregrado ele constituiu-se como drama, elemento ritualístico, compositor de nossa própria identidade nacional. A forte presença dos regionalismos via paixão futebolísticas corroboram para essa idéia – mesmo quando existia um projeto de unidade nacional os velhos costumes, tradições e ideais regionais continuaram a existir.”*⁷²

E mais:

“Um dia, quem sabe, alguém saberá explicar o fenômeno: por que a Rádio Nacional se dava ao luxo de esnobar a grande paixão do brasileiro, o futebol, sem sofrer nenhum arranhão no seu ibope? E não é só isso: como se houvesse um acordo entre as partes, o ouvinte muitas vezes ouvia o jogo numa outra emissora, mas, logo

⁷² MIRANDA, Melina Nóbrega. *Futebol e o projeto de unidade nacional no Estado Novo*. X Simpósio internacional: O Processo Civilizador. Campinas. 2007, p.7.

após o apito final do árbitro, retornava à PRE-8, como um filho que à casa torna”
(Aguiar, p.124).

Referências Bibliográficas

AGUIAR, Ronaldo Conde. **Almanaque da Rádio Nacional**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007;

AQUINO, Rubim Santos. *Futebol, uma paixão nacional*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed. 2002;

AZEVEDO, A. A. ; FERES NETO, A. ; ASSUMPCAO, L. O. T. ; CORBUCCI, P. R. . **Esporte & Sociedade** (Co-autoria). 1. ed. Montes Claros - MG: Unimontes, 2002;

BARDIN, Laurence. 1995. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70;

BASBAUM, Leôncio. **História Sincera da República – 1930 a 1960**. São Paulo, Ed. Alfaômega. 1976;

BOSI, Ecléa. **Cultura de massa e cultura popular: Leituras operárias**. Petrópolis: Vozes, 1972;

BOUDON, R. e BOURRICAUD, F. **Dicionário crítico de Sociologia**. São Paulo. Ática. 2002;

BRACHT, Valter. **Sociologia crítica do esporte: uma introdução**. Vitória: UFES, 1997;

BRERA, Gianni. **Storia critica del calcio italiano**. Milano: Bompiani & c. 1975;

BURKE, Peter. **A cultura popular na idade moderna**. São Paulo: Cia das letras, 1981;

CABRAL, Sérgio. **Getúlio Vargas e a música popular brasileira**. Rio de Janeiro: Revista Ensaio de Opinião. 1975;

CARRANO, Paulo César R. **Futebol: paixão e política**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000;

Da MATTA, Roberto. **Esporte na sociedade: um ensaio sobre o futebol brasileiro**. **In: Universo do futebol: esporte e sociedade brasileira**. Rio de Janeiro : Pina Kothecke, 1982;

DELAUNAY, Pierre, RYSWICK, Jacques, e CORNU, Jean. **100 ans de football en France**. Paris: Atlas, 1982;

DINIZ, Eli. **Empresário, Estado e capitalismo no Brasil: 1930-1945**. São Paulo. Paz e Terra. 1978;

DIP: Anuário da imprensa brasileira;

DUMAZEDIER, Joffre. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva, 1973;

ELIAS, Norbert. **Mozart: Sociologia de um Gênio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1995;

ELIAS, Norbert & DUNNING, Eric. **A busca da excitação**. Coleção Memória e Sociedade. Capítulo IV. Lisboa: Difel, 1992;

- FALCÃO, Edmilson Rêgo. **Getúlio Vargas e a Unidade Nacional**. In Revista de Ciência Política, fascículo 5, Vol I, março de 1941;
- FILHO, Álvaro Melo. **Direito Desportivo: novos rumos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004;
- FREYRE, Gilberto. **Sociologia**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957;
- GÁSPARI, Élio. “*Os EUA iam invadir o Nordeste*”. Folha de São Paulo, 22 de fevereiro, 1998, p.12.
- GARCIA, Nelson. **O Estado Novo: Ideologia e Propaganda política**. São Paulo. Edições Loyola, 1982;
- GEBARA, A. **Esportes: cem anos de História**. In: Anais do III Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 1995;
- GEIGER, Pedro. **Evolução da Rede Urbana Brasileira**. Rio de Janeiro. INEC, 1963;
- GIDDENS, Anthony. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2ª edição, 2003;
- GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar**. Rio de Janeiro: Record, 2001;
- GRACIAN, Renato. **Revista Pedagogia e comunicação**. 2005;
- GUTTMAN, Allen. **Sports: the first five millennia**. Univ of Massachusetts Press, 2004;
- HAUSSEN, Doris Fagundes. **Rádio e política: tempos de Vargas e Perón**. Rio Grande do Sul. Ed PUC, 2001;
- HECKER, F. Alexandre. **Uma História do Brasil para Refletir**. Revista de História (UFES), 2001;
- HELAL, Ronaldo. **O que é Sociologia do Esporte**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990;
- HELAL, Ronaldo. **Passes e Impasses: Futebol e cultura de massa no Brasil**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1997;
- HILTON, Stanley. *A guerra secreta de Hitler no Brasil*. Nova Fronteira, 1983;
- HOBSBAWN, Eric. **Mundos do trabalho: novos estudos sobre a história do operariado**. Rio de Janeiro: Paz e terra. 1987;

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1971;

IANNI, Octávio. **Política e Revolução social no Brasil**. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira. 1963;

JAMBEIRO, Othon. Estratégias de controle da mídia: o caso da radiodifusão no Estado Novo – 1937/42. Revista de Economía Política de las Tecnologías de la información y Comunicación www.eptic.com.br, Vol.V, n.3, Sep./Dic. 2003;

JESUS, Gilmar Mascarenhas. **Futebol, globalização e identidade local no Brasil**. Revista Digital - Buenos Aires - Ano 8 - Nº 57 - Fevereiro de 2003;

KLOCKNER, Luciano. **O Repórter Esso e a Globalização: a produção de sentido no primeiro noticiário radiofônico mundial** - XXIV Congresso Brasileiro da Comunicação – Campo Grande /MS – setembro 2001;

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A Construção do Saber: Manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: Editora UFMG, 1999;

LAZARSELD, Paul. **Panorama da comunicação coletiva**. Rio de Janeiro, 1969;

LORENZO, Helena Carvalho de e COSTA, Wilma Peres da. **A Década de 1920 e as origens do Brasil**. São Paulo. Unesp. 2000;

LOWENSTEIN, Karl. **Brasil Under Vargas**. New York: The MacMillan Company. 1942;

MACEDO, Rafael Luis. **O Esporte no Estado Novo: vigilância, formação e controle em época de guerra**. GT Futebol & Sociedade. UFPR, 2008;

MACHADO, Igor José. **Futebol, clãs e nação**. Dados vol.43 n.1 Rio de Janeiro, 2000;

MAGNANE, Georges. **Sociologia do Esporte**. São Paulo: Perspectiva, 1969;

MARTIN-BARBERO, Jesus. **Comunicación y culturas populares en Latinoamérica**. G. Gili, México, 1987;

MATOS, Cláudia. **Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982;

MELO, Victor A. **Cidade Esportiva: primórdios do esporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001, p.15.

MIRANDA, Melina Nóbrega. **Futebol e o projeto de unidade nacional no Estado Novo**. X Simpósio internacional: O Processo Civilizador. Campinas. 2007;

MURRAY, B. **Uma história do futebol**. São Paulo, SP: Hedra, 2000;

NEGREIROS, P. J. L. de C. **Arquivo do DOPS: Os Clubes Esportivos durante o Estado Novo**. In: IV ENCONTRO DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, Belo Horizonte, 1996;

NEGREIROS, P. J. L. de C. **Futebol no Estado Novo**. In: III ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO ESPORTE, LAZER E EDUCAÇÃO FÍSICA, Curitiba, 1995;

NEGREIROS, P. J. L. de C. **Futebol e identidade nacional: o caso da copa de 1938**. In: Anais do V Encontro de História do Esporte, Lazer e Educação Física, 1997;

ORTIZ, R. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo, SP: Brasiliense: 1994;

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio, os grupos de poder e a determinação dos conteúdos**. Summus Editoria, 1985;

OLIVEIRA, Piraci. **Clubes Brasileiros de Futebol: Reflexos Fiscais**. Rio de Janeiro: Editora Mauad. 2004;

PEREIRA, Leonardo Afonso. **Footballmania, uma história social do futebol no Rio do Janeiro, 1902-1938**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2000;

NOBRE, Daniel Praciano. **A influência do populismo no rádio durante o Estado Novo**. 2003;

REIS, Heloisa Helena. **Futebol e Sociedade**. Brasília: Líber Livros. 2006;

RIBEIRO, Carlos Antônio. **Mobilidade social e estrutura ocupacional: desigualdades de oportunidades no mercado de trabalho brasileiro**. Monografia, 2005;

SANCHEZ, Joan-Eugeni. **Geografia Política**. Madrid: Síntesis.1992;

SANTOS, Joel Rufino dos. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981;

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo. Hucitec, 1996;

SAROLDI, Luis Carlos, MOREIRA, Sônia Virgínia, Instituto Nacional de Música (Brazil). Divisão de Música Popular. **Rádio Nacional, o Brasil em sintonia**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor Ltda, 2005;

SCANTIMBURGO, João de. **A crise da república presidencial**. São Paulo. LTR Editora. 2000;

SEVCENKO, N. **Orfeu Estático da Metrópole – São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

SILVA, Bernardo de Sá Rodrigues da. **As expectativas dos atletas juniores do Avaí F.C. e Figueirense F.C. em relação à profissionalização no futebol**. Florianópolis. Monografia, 2003.

SILVA, Eliasar João. **O futebol em São Paulo e no Rio de Janeiro: do amadorismo à profissionalização**. São Paulo. Dissertação de Mestrado: UNESP, 2000;

SILVA, Eliasar João. **A seleção Brasileira nos jogos da copa do mundo entre 1930 e 1958: o esporte como um símbolo de identidade nacional**. São Paulo. Tese de Doutorado: UNESP, 2004;

SINGER, Paul. **Desenvolvimento Econômico e Evolução Urbana**. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1974;

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo**. São Paulo. Paz e Terra. 1972,

SOARES, Bento. **Vendo o jogo pelo rádio**. João Pessoa. Ideia, 2006;

SODRÉ, Nelson Werneck. **Síntese da história da cultura brasileira**. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 20ed. 2003;

SODRÉ, Nelson Werneck. **A história da imprensa no Brasil**. 4 ed (atualizada), Rio de Janeiro. Mauad, 1999;

SOUZA, Marquilandes Borges. **Rádio e propaganda política: Brasil e México sob a mira norte-americana durante a Segunda Guerra**. São Paulo. Annablume, 2004;

Documentos Eletrônicos

CAGLIARI, Tânia. Saúde, doença e exclusão social, os outros lados do esporte. 2002.

Disponível em:

http://www.multirio.rj.gov.br/seculo21/texto_link.asp?cod_link=1265&cod_chave=1990&letra=h, acessado em 20 de setembro de 2005.

HECKER, Alexandre (UNESP), disponível em:

<http://revistaescola.abril.com.br/historia/fundamentos/foi-revolucao-constitucionalista-1932-482251.shtml>

HOLZMAN, Mauro. **Calendário Racional**. 2006. Disponível em:

<http://maquinadoesporte.uol.com.br/sitemaquina/colunas.aspx?cdcoluna=219&cdcolunista=47>, acessado em 5 de janeiro de 2006.

IBGE. Censo, 2000. Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/datas/migrante/atualmente_como_anda.html, acessado em 2 de outubro de 2005.

MACHADO, Igor José de Renó. Futebol, clãs e nação. **Dados.**, Rio de Janeiro, v. 43, n.1, 2000. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 Out 2006. doi: 10.1590/S0011-52582000000100006.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL. **Arrecadação: Previdência intensifica fiscalização no futebol**. 2006. Disponível em:

<http://www.previdencia.gov.br/agprev/MostraNoticiaReferr.asp?Id=22777&ATVD=1&DN1=20/02/2006&H1=11:21&xBotao=0>, 25 de janeiro de 2006.

NUNES, Cauê. **Jovens buscam ascensão social nos gramados.** – disponível em <http://www.sescsp.org.br/sesc/images/upload/conferencias/320.rtf> - (acesso em 15/09/2009).

REVISTA PLACAR. Editora Abril. 2006. Disponível em: http://mundoestranho.abril.com.br/aberta/colunas/gol_de_letra/27_2004.shtml, acessado em 4 de fevereiro de 2006.

TEICH, Daniel Hessel. **De onde eles vieram.** Disponível em: http://veja.abril.com.br/100702/p_036.html, (acessado em 14 de setembro de 2009).

TINHORÃO, José ramos, disponível em: <http://www.radiobras.gov.br/nacionalrj/especialnacrj/html/josetinhoraio.php>

TRIANAFYLOPOLULOS, Makis. **Crise do Futebol Grego.** 2006. Disponível em: <http://esportes.terra.com.br/interna/0,,OI336065-EI2054,00.html>, acessado em 4 de fevereiro de 2006.

VITAL, Nicolas. **Muito dinheiro, pouco futebol.** 2005. Disponível em: <http://www.aol.com.br/revista/materias/2005/0176.adp>, acessado em 15 de janeiro de 2006.